

MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA CENTRAL DEPOSITÁRIA DE RENDA VARIÁVEL B3

02/01/2025

ÍNDICE

REGISTRO DE VERSÕES.....	5
1. INTRODUÇÃO	6
1.1. <i>Meios Oficiais de Comunicação entre a B3 e seus Participantes.....</i>	7
2. ATIVOS PASSÍVEIS DE DEPÓSITO.....	8
2.1. <i>Ativos aceitos na central depositária da B3.....</i>	8
2.1.1. Especificação dos Lingotes de Ouro.....	8
3. ESTRUTURA DE CONTAS E PROCEDIMENTOS DE CADASTRO DE COMITENTES.....	10
3.1. <i>Estrutura de contas da central depositária da B3.....</i>	10
3.2. <i>Procedimentos de cadastro de comitentes.....</i>	13
3.2.1. Inclusão de contas de depósito.....	13
3.2.2. Alterações de dados cadastrais de comitentes	13
3.2.3. Inativação de contas de depósito	14
4. GUARDA CENTRALIZADA DE ATIVOS	16
4.1. <i>Registro e controle dos saldos de ativos</i>	16
4.1.1. Controle sintético de saldos	17
4.1.2. Controle analítico de saldos	17
4.2. <i>Movimentações de ativos - depósito, retirada e transferências entre contas de depósito</i>	19
4.2.1. Depósito de ativos.....	19
4.2.1.1. <i>Depósito de ativos automático, exceto ouro ativo financeiro</i>	20
4.2.1.2. <i>Depósito de ativos manual, exceto ouro ativo financeiro</i>	21
4.2.1.3. <i>Depósito de ouro ativo financeiro</i>	22
4.2.2. Retirada de ativos	23
4.2.2.1. <i>Retirada de ativos, exceto ouro ativo financeiro</i>	24
4.2.2.2. <i>Retirada de ouro ativo financeiro</i>	25
4.2.2.3. <i>Retirada de ativos não escriturais.....</i>	26
4.2.3. Transferência de ativos	26
4.2.3.1. <i>Transferência de ativos de mesma titularidade</i>	28
4.2.3.2. <i>Transferência de ativos entre contas de depósito com troca de titularidade ou entre conta de liquidação de ativos de sistema externo e conta de depósito do comitente.....</i>	29
4.3. <i>Emissão e cancelamento de fundos de índice e certificados de depósito</i>	30
4.3.1. Fundos de índice (ETFs).....	30
4.3.2. Certificados de depósito.....	32
4.4. <i>Conciliação</i>	33
5. REGISTRO DE ÔNUS, GRAVAMES, GARANTIAS E BLOQUEIOS	37
5.1. <i>Constituição, retificação, alteração e extinção de ônus, gravame, garantia e bloqueio....</i>	37
5.1.1. Indisponibilidade de bens, direitos e obrigações.....	41
5.1.2. Retenção de eventos corporativos do emissor.....	42
5.1.3. Garantias depositadas para a câmara B3.....	42
5.1.4. Garantias depositadas em favor de sistemas externos	43
5.1.5. Ativos em processo de liquidação de operações realizado na B3 em sua atuação como contraparte central.....	44
5.1.6. Ativos em processo de liquidação de operações realizadas nos ambientes administrados por um sistema externo em sua atuação como contraparte central.....	44
5.1.7. Ativos em processo de liquidação sem contraparte central	45
5.1.8. Bloqueio para atendimento de ofertas públicas de aquisição e distribuição.....	46
5.1.9. Bloqueio de ativos mantidos como lastro de operações compromissadas.....	47
5.1.10. Bloqueio vinculado a regras estabelecidas por emissores ou comitentes	47
5.1.11. Restrição de movimentação de ativos para contas de depósito.....	48
5.1.12. Alienação fiduciária	48

5.1.13.	Penhor	50
5.1.14.	Usufruto	51
5.1.15.	Cessão fiduciária.....	52
5.1.16.	Inalienabilidade.....	52
5.1.17.	Impenhorabilidade.....	54
5.1.18.	Gravame universal	55
5.1.19.	Reserva técnica	55
5.2.	<i>Procedimento de execução dos ativos mantidos em carteiras vinculadas a gravames de alienação fiduciária e penhor</i>	55
5.3.	<i>Procedimento de execução para o gravame de cessão fiduciária</i>	56
5.4.	<i>Tratamento dos eventos corporativos relativos aos ativos mantidos em carteiras vinculadas a ônus, gravames e garantias</i>	57
5.4.1.	Eventos corporativos em recursos financeiros	57
5.4.1.1.	Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre garantias depositadas em favor de sistemas externos e ativos em processo de liquidação de operações realizadas nos ambientes administrados por um sistema externo em sua atuação como contraparte central	57
5.4.1.2.	Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos ao gravame de indisponibilidade de bens.....	58
5.4.1.3.	Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos ao gravame de alienação fiduciária	58
5.4.1.4.	Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos ao gravame de penhor	59
5.4.1.5.	Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos ao gravame de usufruto	60
5.4.1.6.	Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos aos gravames de inalienabilidade ou impenhorabilidade	60
5.4.2.	Eventos corporativos em ativos	60
5.4.2.1.	Eventos corporativos em ativos incidentes sobre os ativos sujeitos aos gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade e impenhorabilidade	61
5.4.3.	Eventos corporativos voluntários	61
5.4.3.1.	Eventos corporativos voluntários incidentes sobre os ativos objeto de gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade e impenhorabilidade	62
5.4.4.	Direitos de subscrição	62
5.4.4.1.	Direitos de subscrição gerados a partir dos ativos objeto de gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade e impenhorabilidade	63
5.5.	<i>Controle Gerencial do Agente de Custódia</i>	64
5.6.	<i>Informações</i>	64
5.6.1.	Informações para o emissor ou escriturador por ele contratado, conforme o caso	65
5.6.2.	Informações para os agentes de custódia	65
5.6.3.	Informação para o comitente.....	66
6.	TRATAMENTO DOS EVENTOS CORPORATIVOS	67
6.1.	<i>Eventos corporativos em recursos financeiros</i>	68
6.1.1.	Atualização.....	68
6.1.1.1.	Seleção da base de comitentes	68
6.1.1.2.	Cálculo das posições de eventos corporativos	69
6.1.1.3.	Atualização dos saldos do ativo objeto	70
6.1.1.4.	Provisionamento das posições de eventos corporativos.....	71
6.1.1.5.	Encaminhamento de informações.....	71
6.1.2.	Conciliação.....	71
6.1.3.	Manutenção de eventos corporativos provisionados.....	72
6.1.4.	Transferências de eventos corporativos provisionados	72
6.1.5.	Pagamento	73
6.2.	<i>Eventos corporativos em ativos</i>	74

6.2.1.	Atualização.....	74
6.2.1.1.	Seleção da base de comitentes	75
6.2.1.2.	Cálculo das posições de eventos corporativos	75
6.2.1.3.	Atualização dos saldos do ativo objeto	76
6.2.2.	Pagamento.....	76
6.3.	Eventos corporativos voluntários	76
6.3.1.	Atualização do saldo do ativo objeto.....	77
6.3.1.1.	Seleção da base de comitentes	77
6.3.1.2.	Cálculo das posições de eventos corporativos	78
6.3.1.3.	Geração das posições de direitos.....	78
6.3.1.4.	Cessão de direitos.....	78
6.3.2.	Controle do exercício dos direitos	79
6.3.3.	Pagamento.....	80
6.3.3.1.	Subscrição e sobras de subscrição	80
6.3.3.2.	Dissidência ou Direito de Recurso	81
6.3.3.3.	Conversão.....	82
6.3.3.4.	Retração	82
7.	VOTO A DISTÂNCIA	84
7.1.	Inclusão e divulgação do boletim de voto a distância	84
7.2.	Envio das instruções de voto a distância	84
7.3.	Divulgação do mapa analítico de votação	85
8.	INFORMAÇÕES.....	85
8.1.	Informações para agentes de custódia	85
8.2.	Informações para emissores e escrituradores	86
8.3.	Informações para sistemas externos.....	86
8.4.	Informações para reguladores.....	86
8.5.	Informações para comitentes.....	86
8.5.1.	Área Logada do Investidor na B3	86
8.5.1.1.	Notificações enviadas aos comitentes	87
8.5.2.	Solicitações de pesquisas.....	87
9.	CUSTOS E ENCARGOS.....	89
10.	SITUAÇÕES ESPECIAIS.....	90
10.1	Plano de Recuperação.....	90
10.3.	Feriado extraordinário	91
11.	SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	93
11.1.	Situações de emergência	93
12.	SANÇÕES	94
13.	TABELA DE PRAZOS E HORÁRIOS	95
13.1.	Tabela de Prazos e horários	95

REGISTRO DE ALTERAÇÕES

Capítulo	Alteração	Data	Ofício Circular*
1. Introdução	04	02/05/2024	064/2024-PRE
2. Ativos passíveis de depósito	03	31/08/2020	109/2020-PRE
3. Estrutura de contas e procedimentos de cadastro de comitentes	05	21/11/2022	153/2022-PRE
4. Guarda centralizada de ativos	09	02/01/2025	179/2024-PRE
5. Registro de ônus, gravames e bloqueios	08	24/01/2024	004/2024-PRE
6. Tratamento dos eventos corporativos	08	02/01/2025	179/2024-PRE
7. Voto a distância	02	02/01/2025	179/2024-PRE
8. Informações	05	01/10/2021	120/2021-PRE
9. Custos e encargos	02	31/08/2020	109/2020-PRE
10. Situações especiais	04	30/01/2023	006/2023-PRE
11. Situações de emergência	02	31/08/2020	109/2020-PRE
12. Sanções	02	31/08/2020	109/2020-PRE
13. Tabela de prazos e horários	03	16/11/2020	144/2020-PRE

* *Ofício Circular por meio do qual a alteração foi divulgada.*

1. INTRODUÇÃO

O presente manual de procedimentos operacionais da **central depositária da B3** descreve os procedimentos e processos da atividade de depósito centralizado de **ativos** e as atividades a ele relacionadas realizadas pela **central depositária da B3** e por seus **participantes**, bem como a custódia escritural fungível de ouro ativo financeiro e outras atividades desenvolvidas pela **central depositária da B3**.

Este manual de procedimentos operacionais é organizado em itens e o complementam:

- o regulamento da **central depositária da B3**;
- o regulamento e o manual de acesso da B3;
- o regulamento para listagem de emissores e admissão à negociação de valores mobiliários e manual do emissor da B3;
- os regulamentos, manuais operacionais e manuais de administração de riscos das câmaras da B3;
- o regulamento e manuais de produtos do ambiente de registro da B3;
- os ofícios circulares e comunicados externos editados pela B3 em vigor; e
- os manuais de usuário dos sistemas da B3 e os catálogos de mensagens e arquivos da B3.

Aos termos em negrito, em suas formas no singular e no plural, e às siglas utilizadas neste manual de procedimentos operacionais aplicam-se as definições e significados constantes do glossário da B3 de termos, siglas e fórmulas, o qual é um documento independente dos demais normativos da B3. Os termos usuais do mercado financeiro e de capitais, os de natureza jurídica, econômica e contábil, e os termos técnicos de qualquer outra natureza empregados neste manual de procedimentos operacionais e não constantes do glossário da B3 de termos, siglas e fórmulas têm os significados geralmente aceitos no Brasil.

Na hipótese de ambiguidade entre as disposições contidas neste manual de procedimentos operacionais da **central depositária da B3** e nos demais normativos da B3 não relacionados à **central depositária da B3**, deve prevalecer o normativo mais específico, considerando a matéria objeto da ambiguidade. Caso os normativos e a matéria estejam relacionados a regras e procedimentos relativos à **central depositária da B3**, deve prevalecer o regulamento da **central depositária da B3**.

O presente manual é aprovado pela Diretoria Colegiada da B3 e, conforme aplicável, pelos órgãos reguladores competentes, nos termos da regulamentação editada por estes.

1.1. Meios Oficiais de Comunicação entre a B3 e seus Participantes

Os meios oficiais de comunicação entre a B3 e seus **participantes** classificam-se como: normativos, comunicações operacionais e informativos.

Normativos são os documentos editados pela B3 que contêm princípios, regras e procedimentos relativos a suas atividades, decorrentes de deliberações internas da B3, especialmente: regulamento da **central depositária da B3** e manual de procedimentos operacionais da **central depositária da B3**. A B3 divulga os atos normativos por meio de Ofício Circular e as demais informações por meio de Comunicado, ambos publicados em meio físico e eletrônico. Os Ofícios Circulares têm por objetivo divulgar decisões ou normas internas que devem ser observadas e cumpridas pelos **participantes** da B3. Os Comunicados Externos são utilizados para informar ao mercado os fatos, atos ou providências da B3, destinando-se aos **participantes** em geral ou a categorias de **participantes**. Apesar de sua função informativa, os Comunicados Externos são, para fins deste manual de procedimentos operacionais, caracterizados dentre os meios normativos.

Comunicações operacionais são as comunicações transmitidas por meio de cartas, ligações telefônicas, da rede mundial de computadores, de redes privadas de computadores, de correios eletrônicos, de sistemas de mensageria e outros. Quando aplicável, este manual de procedimentos operacionais explicita, por processo, os meios por meio dos quais as comunicações operacionais são realizadas.

Informativos são as comunicações de divulgação de informações de interesse público, pertinentes às atividades realizadas no âmbito da **central depositária da B3**. São informativos o Boletim Diário da B3 e as informações disponíveis no website da B3 (www.b3.com.br).

A B3 mantém sistemas de contingência para todos os sistemas de comunicação oficiais, que, quando utilizados como tais, produzem os mesmos efeitos que os sistemas de comunicação oficiais.

2. ATIVOS PASSÍVEIS DE DEPÓSITO

Este item identifica os ativos passíveis de serem aceitos para depósito na **central depositária da B3**, observados os critérios estabelecidos no regulamento da **central depositária da B3**.

2.1. *Ativos aceitos na central depositária da B3*

São passíveis de **depósito** na **central depositária da B3** quaisquer **ativos** nos termos da legislação aplicável.

A aceitação do **depósito de ativos** na **central depositária da B3** depende de prévia análise de listagem ou cadastro, conforme o caso, pela B3, do respectivo **emissor** desses **ativos**. O processo de listagem ou cadastro do **emissor** está sujeito ao disposto nos normativos abaixo indicados, para que os **ativos** de sua emissão sejam aceitos em depósito na **central depositária da B3**:

- no regulamento e no manual de acesso da B3, bem como no regulamento e nesse manual de procedimentos operacionais da **central depositária da B3**, caso o **ativo** emitido por esse **emissor** não seja admitido à negociação na B3 ou caso o ativo seja admitido à negociação, mas o respectivo **emissor** seja dispensado de listagem, de acordo com as hipóteses previstas no regulamento para listagem de emissores e admissão à negociação de valores mobiliários da B3; ou
- no regulamento para listagem de emissores e admissão à negociação de valores mobiliários e no manual do emissor, caso o **ativo** emitido por esse **emissor** seja admitido à negociação na B3 e o respectivo **emissor** seja listado, nos termos do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários.

O pedido para aceitação do depósito de ativos na **central depositária**, quando envolver **ativos** não destinados à negociação (depósito exclusivo) na B3, deverá ser formalizado junto à Diretoria de Emissores.

A **central depositária da B3** pode, a seu critério, estabelecer regras especiais para a aceitação e manutenção de **ativos** como passíveis de **depósito de ativos**.

2.1.1. Especificação dos Lingotes de Ouro

A **central depositária da B3** aceita depósito de ouro ativo financeiro cujos lingotes de ouro estejam custodiados em **depositários de ouro** previamente cadastrados pela B3 e originários de **fundidores de ouro** também previamente cadastrados pela B3, bem como identificados com as punções do **fundidor de ouro**, do teor de pureza, do peso nominal e do número do lingote e que apresentem pesos de 250 (duzentos e cinquenta) e 1.000 (um mil) gramas, com teor de pureza de 999 (novecentos e noventa e nove) ou 999,9

(novecentos e noventa e nove e nove décimos) partes de ouro fino por 1.000 (um mil) partes de liga metálica.

A B3 divulga, periodicamente em seu endereço eletrônico, a relação de **fundidores de ouro** cujos lingotes são aceitos para depósito, bem como dos **depositários de ouro**.

3. ESTRUTURA DE CONTAS E PROCEDIMENTOS DE CADASTRO DE COMITENTES

Os itens a seguir descrevem a estrutura de **contas de depósito** mantida pela **central depositária da B3** e os procedimentos relacionados, inclusive aqueles referentes à abertura de novas **contas de depósito**, alteração de informações dos **comitentes** e inativação de **contas de depósito**.

3.1. *Estrutura de contas da central depositária da B3*

Os serviços de depósito centralizado de **ativos** oferecidos pela **central depositária da B3** possuem como base uma estrutura de **contas de depósito** individualizadas por **comitente**, as quais são mantidas pelos **agentes de custódia**.

Os **ativos** são registrados nas **contas de depósito** em nome dos **comitentes**, a fim de assegurar a completa segregação e identificação de titularidade dos **ativos** depositados na **central depositária da B3**, observado o sigilo quanto às **posições** pertencentes a cada **comitente**, na forma da legislação em vigor.

A critério do **comitente** e de seu respectivo **agente de custódia**, um mesmo **comitente** pode ser titular de uma ou mais **contas de depósito** mantidas por um mesmo **agente de custódia** e, nesse caso, cada **conta de depósito** será, para todos os fins, considerada como uma **conta de depósito** independente.

As **contas de depósito** são identificadas e numeradas por **agente de custódia** e por **comitente**, e são divididas em **carteiras** com características e finalidades específicas. Sempre que uma nova **conta de depósito** é criada, automaticamente são criadas as suas respectivas **carteiras**.

A **central depositária da B3** pode, a seu exclusivo critério, alterar a relação de **carteiras** disponíveis.

São alguns exemplos de características e finalidades contempladas pelas **carteiras** denominadas:

- “livre movimentação”: utilizada para manter **ativos** sobre os quais não recaia o registro de quaisquer ônus, gravame ou garantia, estando disponíveis para movimentação, inclusive para a **entrega**;
- “garantia”: utilizada para manter **ativos** objeto de **garantias** depositadas para a **câmara**;
- “empréstimo de **ativos**”: utilizada para movimentação de **ativos** em razão de **operações** de empréstimo de **ativos** realizadas por meio do sistema de **empréstimo de ativos** da B3;
- “cobertura de termo”: utilizada para cobertura de vendas de **ativos** a termo;
- “cobertura de opções”: utilizada para cobertura de **posições** vendidas de opções sobre ações e

abatimento, caso haja necessidade de **depósito de garantias**;

- “ônus e gravames”: utilizada para constituição, alteração, retificação e extinção de ônus e gravames sobre **ativos** depositados na **central depositária da B3** decorrentes de: (i) determinação judicial; (ii) instrução de órgãos reguladores ou administrativos; e (iii) instrução de **agente de custódia**;
- “controle gerencial”: utilizada para fins de controle pelo **agente de custódia** dos **ativos** depositados na **central depositária da B3**, em relação às **contas de depósito** por ele mantidas. A movimentação de **ativos** para essa **carteira** não implica constituição de ônus, gravame ou **garantia** com eficácia perante terceiros, nos termos dos normativos da B3 e da legislação em vigor; e
- “reserva técnica”: utilizada para manter **ativos** objeto de provisões técnicas, depositados pelos **participantes** para visibilidade e controle de autarquias competentes.

A relação completa de **carteiras** disponíveis é divulgada diariamente aos **agentes de custódia**, por meio de arquivos e tabelas associadas, em formato eletrônico, transmitidos via sistema de transferência de arquivos da B3. Os leiautes desses arquivos estão disponíveis no endereço eletrônico de acesso restrito aos participantes da B3 (www.bvmfnet.com.br).

Além das **contas de depósito** individualizadas em nome dos **comitentes**, a estrutura de **contas de depósito** da **central depositária da B3** contempla:

- **conta de liquidação de ativos**;
- **conta restrição de ativos**; e
- **contas** com características e finalidades específicas.

A **conta de liquidação de ativos** é utilizada para fins de **liquidação de operações** com **ativos** depositados na **central depositária da B3** e não deve possuir saldo de **ativos** ao término do dia. No caso de permanência de **ativos** na **conta de liquidação de ativos**, a **câmara** ou o **sistema externo** deverá efetuar a **transferência de ativos**, antes do término do dia, por meio de comando simples, de sua **conta de liquidação de ativos** para sua **conta restrição de ativos** ou **conta de depósito** de sua titularidade sob responsabilidade de um **agente de custódia**. O controle do saldo de **ativos** mantido na **conta de liquidação de ativos** e as respectivas **movimentações de ativos** para atendimento dessa obrigação são de responsabilidade exclusiva da **câmara** ou do **sistema externo**.

As instruções de **movimentação de ativos** envolvendo a **conta de liquidação de ativos** da **câmara**, para fins de **liquidação**, devem observar o disposto nos normativos da **câmara**.

As instruções de **movimentação de ativos** envolvendo a **conta de liquidação de ativos** do **sistema externo**, para fins de **liquidação**, são realizadas conforme procedimentos de **transferência de ativos** descritos no item “4.2.3.2. - Transferência de **ativos** entre **contas de depósito** com troca de titularidade ou entre **conta de liquidação de ativos** de **sistema externo** e **conta de depósito** do **comitente**” do presente manual.

A **conta restrição de ativos** é utilizada para a manutenção de **ativos** de titularidade da **câmara** ou do **sistema externo** provenientes exclusivamente da **conta de liquidação de ativos** e que estão ou serão utilizados nos processos de **liquidação** e administração de riscos da **câmara** ou do **sistema externo**. As instruções de **movimentação de ativos** a débito envolvendo a **conta restrição de ativos** são realizadas por comando simples da **câmara** ou do **sistema externo** e somente podem ter como destino sua respectiva **conta de liquidação de ativos** ou sua **conta de depósito** sob a responsabilidade de um **agente de custódia**. A seu critério, a **câmara** ou o **sistema externo** pode ser titular de uma ou mais **contas de liquidação de ativos** e **contas restrição de ativos** e, nesse caso, cada conta será, para todos os fins, considerada como uma conta independente.

As **contas** com características e finalidades específicas são decorrentes de necessidades específicas de controle operacional da **central depositária da B3** e do **agente de custódia**. As **contas** com características e finalidades específicas são:

- **contas de depósito** não individualizadas mantidas sob titularidade de instituições depositárias de programas de *Depository Receipts*;
- **contas de depósito** não individualizadas mantidas sob titularidade de instituições depositárias de certificados de depósito de valores mobiliários (*UNITs*);
- **contas de depósito** não individualizadas mantidas sob a titularidade de instituições bancárias para utilização específica no âmbito de operações compromissadas lastreadas em **ativos** depositados na **central depositária da B3** e registradas nos sistemas do **ambiente de registro** da B3; e
- **contas de depósito** destinadas à **movimentação de ativos** em decorrência de instruções recebidas do **ambiente de registro** da B3.

A identificação dos **comitentes** e de suas respectivas quantidades de **ativos** mantidos nas **contas de depósito** não individualizadas destinadas à manutenção do lastro de operações compromissadas é realizada no **ambiente de registro** da B3, ocorrendo, diariamente, a conciliação das quantidades de **ativos** mantidos na **conta de depósito** não individualizada e as quantidades informadas no **ambiente de registro**.

A **central depositária da B3** pode, a seu exclusivo critério e de acordo com a legislação vigente, criar novas **contas** com características e finalidades específicas.

3.2. *Procedimentos de cadastro de comitentes*

Os **agentes de custódia** devem, necessariamente, cadastrar os **comitentes** sob sua responsabilidade nos sistemas de **cadastro** fornecidos pela B3, devendo também assegurar a autenticidade das informações cadastrais dos **comitentes**, bem como a sua atualização tão logo ocorram alterações.

3.2.1. Inclusão de contas de depósito

O **cadastro** de uma nova **conta de depósito** é realizado pelo **agente de custódia** nos sistemas de **cadastro** de **comitentes** fornecidos pela B3 mediante o **registro** de todas as informações necessárias à identificação do **comitente** titular da nova **conta**. Com o **registro** das informações do **comitente**, a nova **conta de depósito** é criada pela **central depositária da B3** e recebe uma numeração própria. Esta numeração deve ser utilizada pelo **agente de custódia** para identificar o **comitente** em todos os processos realizados perante a **central depositária da B3**.

No caso de **comitente** não residente, é obrigatório, sem prejuízo das demais exigências formuladas pela B3, que o **agente de custódia** informe o código operacional emitido pela CVM e o código específico de identificação emitido pela Secretaria da Receita Federal (CNPJ ou CPF).

Para efetuar o **cadastro** de uma **conta de depósito** por conta e ordem de terceiros, o **agente de custódia** deve incluir como seu **comitente** a instituição **participante** envolvida e realizar o vínculo com a **conta de depósito** do **comitente** sob responsabilidade deste **participante** na **central depositária da B3**.

Os **comitentes** com **contas de depósito** por conta e ordem de terceiros receberão da B3 todos os informativos, eletrônicos e/ou em papel, por ela fornecidos – extrato B3 –, confirmação de transferência e aviso de mudança de endereço.

Para realizar o processo de inclusão de uma nova **conta de depósito**, o **agente de custódia** dispõe de telas de sistemas e arquivos eletrônicos.

3.2.2. Alterações de dados cadastrais de comitentes

As informações cadastrais dos **comitentes** podem ser livremente alteradas pelos **agentes de custódia** responsáveis, com exceção dos dados relativos aos dados básicos do **comitente**. No caso de alterações cadastrais desses dados, todas as **contas de depósito** de um determinado **comitente** são atualizadas, independentemente do **agente de custódia** sob o qual a **conta de depósito** esteja cadastrada. Nesse caso, ainda, o **agente de custódia** deve solicitar as alterações por escrito à Central de Cadastro de Participantes da B3 e essas serão efetuadas mediante as condições apresentadas a seguir:

- a. nome ou denominação social – alteração mediante consulta da situação cadastral na base de dados da Receita Federal. Caso esta informação não esteja atualizada na Receita Federal, deverá ser enviado, em anexo à solicitação por escrito, o protocolo de entrada de alteração de dados cadastrais de CPF/CNPJ;
- b. data de nascimento ou data de constituição – alteração mediante cópia simples de documentação comprobatória, que deverá ser anexada à solicitação por escrito. Se o **comitente** for pessoa física, será aceito qualquer documento de fé pública, e se for pessoa jurídica, ata de fundação, estatuto social ou ata de registro na junta comercial;
- c. tipo de **comitente** – alteração mediante cópia simples de documentação comprobatória;
- d. país de residência, no caso de **comitentes** não residentes – alteração mediante solicitação do representante legal do **comitente**, com a apresentação de cópia simples de documentação comprobatória; e
- e. outras informações definidas pela B3 – alteração mediante solicitação por escrito, com documentação comprobatória conforme orientação da B3.

3.2.3. Inativação de contas de depósito

O **agente de custódia** pode efetuar a inativação das **contas de depósito** dos **comitentes** sob sua responsabilidade, desde que estes não possuam quaisquer saldos e/ou pendências com a B3. Dentre os tipos de saldo e/ou pendência que podem inviabilizar a inativação de uma **conta de depósito** estão:

- saldos de **ativos** mantidos em depósito;
- **ativos** depositados para a **câmara em garantia**;
- **eventos corporativos** provisionados;
- saldos no Tesouro Direto;
- **posições** em aberto de **derivativos** e/ou **empréstimo de ativos**;
- **operações** em processo de **liquidação**;
- solicitações de retirada de **ativos** pendentes de validação por parte do **emissor** ou pelo **escriturador** por ele contratado, conforme o caso; e
- **vínculos** entre **contas de depósito**;
- outras.

Caso a **conta de depósito** esteja com alguma pendência, a inativação somente será concluída após o tratamento da pendência em questão.

Após a inativação, o **agente de custódia** deve comunicar formalmente a cessação da prestação dos serviços aos seus **comitentes**.

Para realizar o processo de inativação de uma **conta de depósito**, o **agente de custódia** dispõe de telas de sistemas e arquivo eletrônico integrados aos sistemas de **cadastro** da B3.

4. GUARDA CENTRALIZADA DE ATIVOS

O serviço de guarda centralizada de **ativos** da **central depositária da B3** consiste, sobretudo, no controle dos saldos dos **ativos**, bem como das respectivas **movimentações de ativos**, em forma escritural, por meio de **registros** eletrônicos.

As atividades envolvidas no serviço de guarda centralizada prestado pela **central depositária da B3** são:

- **registro** e controle dos saldos de **ativos** depositados;
- controle da titularidade dos **ativos** depositados mantidos em nome dos **comitentes**;
- **movimentações de ativos**;
- **registro** da constituição, retificação, alteração e extinção de ônus, gravames, **garantias** e bloqueios incidentes sobre os **ativos** nas **contas de depósito de ativos**, mediante o registro do respectivo instrumento nos sistemas da **central depositária da B3**;
- conciliação entre os saldos de **ativos** depositados no ambiente da **central depositária da B3** e os **saldos** mantidos junto aos **emissores** e **escrituradores** em nome da **central depositária da B3**, sob o regime de propriedade fiduciária; e
- conciliação entre os saldos de **posição** escritural fungível de ouro ativo financeiro, depositados no ambiente da **central depositária da B3**, e o estoque de lingotes de ouro registrados na titularidade fiduciária da B3 e guardado em **depositários de ouro** previamente cadastrados na B3.

Os itens a seguir descrevem o funcionamento das atividades relacionadas à guarda centralizada de **ativos**.

4.1. *Registro e controle dos saldos de ativos*

O serviço de guarda centralizada de **ativos** oferecido pela **central depositária da B3** possui como base uma estrutura de **contas de depósito** individualizadas por **comitente**, as quais são mantidas pelos **agentes de custódia**.

Os saldos dos **ativos** são registrados nas **contas de depósito** em nome dos **comitentes**, a fim de assegurar a completa segregação e identificação de titularidade, observado o sigilo quanto às **posições** pertencentes a cada **comitente**, na forma da legislação em vigor.

Os saldos de **ativos** registrados nas **contas de depósito** encontram-se, necessariamente, distribuídos dentro

das **carteiras**. Desta forma, a **central depositária da B3** considera a combinação entre **agente de custódia**, **conta de depósito** do **comitente** e **carteira**, como sendo o efetivo local do **registro** do saldo de **ativos**, tanto para fins de controle de saldo de **ativos** quanto para o tratamento de **eventos corporativos**.

O controle dos saldos de **ativos** pode ser feito de forma sintética ou analítica.

4.1.1. Controle sintético de saldos

O **controle sintético de saldos** é realizado para todos os **ativos** e apresenta de forma consolidada a quantidade do **ativo**, independentemente da data e do **custo** de sua aquisição.

Exemplo:

O **comitente** efetua a compra de 100 (cem) ações na data D0. Após a **liquidação** dessa **operação** o saldo do **comitente** será demonstrado nos sistemas e relatórios da **central depositária da B3** da seguinte forma:

Cód. Ag. de Custódia	Cód. Conta de Depósito	Carteira	Código ISIN do Ativo	Quantidade
12345-6	1-1	2101-6	BRXPTOACNOR3	100

No dia D1, o mesmo **comitente** efetua outra compra do mesmo **ativo**, agora na quantidade de 200 (duzentas) ações por meio do mesmo **agente de custódia** e **conta de depósito** indicados anteriormente. Após a **liquidação** dessa **operação**, o saldo do cliente será demonstrado nos sistemas e relatórios da **central depositária da B3** da seguinte forma:

Cód. Ag. de Custódia	Cód. Conta de Depósito	Carteira	Código ISIN do Ativo	Quantidade
12345-6	1-1	2101-6	BRXPTOACNOR3	300

4.1.2. Controle analítico de saldos

O **controle analítico de saldos** é utilizado para **ativos** que necessitem guardar as informações da data e do custo de aquisição, informações estas auxiliares para que o **emissor**, o **escriturador** ou o **agente de custódia**, dependendo das características tributárias de cada **ativo**, possam realizar o cálculo tributário e recolhimento de imposto de renda.

Exemplo:

O **comitente** efetua a compra de 100 (cem) ações na data D0 e 50 debêntures pelo custo de R\$150,00 por debênture. Após a **liquidação** dessa **operação**, o saldo do cliente será demonstrado

nos sistemas e relatórios da **central depositária da B3** da seguinte forma:

Cód. Ag. de Custódia	Cód. Conta de Depósito	Carteira	Código ISIN do Ativo	Quantidade
12345-6	1-1	2101-6	BRXPTOACNOR3	100
12345-6	1-1	2101-6	BRXPTODBS001	50



Porém, para essa **posição** de debênture, é possível verificar a data de aquisição e o preço correspondente. Nesse exemplo, seria:

Data de Aquisição	Preço
D0	R\$ 150,00

No dia D1, o mesmo **comitente** efetua outras compras dos mesmos **ativos**, agora na quantidade de 200 (duzentas) ações e 75 (setenta e cinco) debêntures ao custo de R\$ 152,50 (centro e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) por meio do mesmo **agente de custódia** indicado anteriormente. Após a **liquidação** dessas **operações**, o saldo do cliente será demonstrado nos sistemas e relatórios da **central depositária da B3** da seguinte forma:

Cód. Ag. de Custódia	Cód. Conta de Depósito	Carteira	Código ISIN do Ativo	Quantidade
12345-6	1-1	2101-6	BRXPTOACNOR3	300
12345-6	1-1	2101-6	BRXPTODBS001	125



O saldo, em alguns relatórios, arquivos ou telas de sistema, continua sendo informado de forma sintética, porém, para essa **posição** de debênture, é possível verificar as datas de aquisição e os preços correspondentes. Nesse exemplo seriam:

Data de Aquisição	Quantidade	Preço
D0	50	R\$ 150,00
D1	75	R\$ 152,50

4.2. *Movimentações de ativos - depósito, retirada e transferências entre contas de depósito*

O **depósito de ativos**, a **retirada de ativos** e a **transferência de ativos** entre **contas de depósito** e entre **carteiras** devem respeitar os horários estabelecidos pela **central depositária da B3** na tabela de prazos e horários descrita neste manual de procedimentos operacionais, bem como as grades de horário para movimentação de **garantias** e para **liquidação** quando o saldo de **ativos** for utilizado para tais finalidades.

As **movimentações de ativos** que possuem gravames por cumprimento de determinação judicial, inclusive para fins de **liquidação**, são de inteiro controle e responsabilidade dos **agentes de custódia**.

4.2.1. Depósito de ativos

Os **ativos** objetos de depósito devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames e **garantias**, exceto quando previamente autorizados pela B3 ou para gravames cuja finalidade seja o cumprimento de determinação judicial.

O **depósito de ativos** é efetuado por instrução dos **agentes de custódia**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, e pode ocorrer na modalidade depósito automático ou depósito manual.

A finalização do processo de **depósito de ativos** na **central depositária da B3** está condicionada à transferência dos **ativos** da titularidade do **comitente** para a titularidade fiduciária da B3 nos **registros** mantidos pelo **emissor**, ou por **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, ou pelo **depositário de ouro**. Essa transferência implica consequente restrição à prática de atos de disposição relativos a esses **ativos** mantidos nos **registros** dos **emissores**, dos **escrituradores** por ele contratados, ou, ainda, dos **depositários de ouro**, conforme o caso, em decorrência do **depósito de ativos** em favor da B3.

A efetivação do **depósito dos ativos** no ambiente da **central depositária da B3** implica **registro** da titularidade dos **ativos** em **conta de depósito**, mantida pelo **agente de custódia**, em nome do **comitente**.

A **central depositária da B3** pode rejeitar a instrução do **agente de custódia** para o **depósito de ativos**, nas seguintes hipóteses:

- na constatação de estado material impróprio do **ativo** objeto de **depósito de ativos**, no caso de **ativos** não escriturais;
- na falta ou insuficiência de documentação exigida pela **central depositária da B3**;
- na constatação de divergências entre a documentação apresentada e as características do **ativo** objeto do **depósito de ativos**;

- na rejeição do **depósito de ativos** por parte do **emissor**, **esriturador** por ele contratado, ou do **depositário de ouro**, conforme o caso; e
- em outras situações específicas a critério da **central depositária da B3**.

O **agente de custódia** cujo **depósito de ativos** tenha sido rejeitado pela **central depositária da B3** é imediatamente informado dos motivos que justificaram a rejeição, para que sejam tomadas as devidas providências.

4.2.1.1. *Depósito de ativos automático, exceto ouro ativo financeiro*

A **central depositária da B3** disponibiliza a modalidade de **depósito de ativos** automático para todos os **ativos** cujo **emissor**, ou **esriturador** por ele contratado, conforme o caso, tenha se habilitado perante a **central depositária da B3** para a troca de arquivos eletrônicos. O processo de **depósito de ativos** automático segue o seguinte fluxo:

1. o **depósito de ativos** é solicitado pelo **agente de custódia**, a pedido do **comitente**, por meio do envio da documentação necessária juntamente com a Ordem de Transferência de Ativos (OTA) para o **emissor** responsável pelo **ativo** objeto do **depósito de ativos** ou para o **esriturador** por ele contratado, conforme o caso.
2. o **emissor**, ou o **esriturador** por ele contratado, conforme o caso, valida a documentação e, estando esta em conformidade, encaminha à **central depositária da B3** arquivo eletrônico contendo as instruções de **depósito de ativos**, aguardando a confirmação (duplo comando) da **central depositária da B3** para a efetivação do depósito.
3. a **central depositária da B3** processa o arquivo eletrônico com as instruções de **depósito de ativos**. As instruções de **depósito de ativos** consideradas válidas são disponibilizadas para a confirmação do **agente de custódia** solicitante.
 - 3.1 As instruções de **depósito de ativos** rejeitadas são informadas ao **emissor**, ou ao **esriturador** por ele contratado, conforme o caso, por meio de arquivo eletrônico.
 - 3.2 As instruções de **depósito de ativos** válidas possuem prazo de validade determinado pelo **emissor**, ou pelo **esriturador** por ele contratado, conforme o caso.
 - 3.3 Ao término da data de validade, as instruções de **depósito de ativos** vencidas são automaticamente canceladas e essas informações são encaminhadas tanto ao **emissor**, ou ao **esriturador** por ele contratado, conforme o caso, quanto ao **agente de custódia**, por meio de arquivos eletrônicos.
4. o **agente de custódia** confirma os **depósitos de ativos** pendentes de sua autorização.
 - 4.1 As confirmações das instruções de **depósito de ativos** podem ser feitas por meio de tela ou arquivo eletrônico.

- 4.2 No caso de **ativos** que tenham características tributárias que necessitem o controle da data e do custo de aquisição, para fins de apuração de imposto de renda, o **agente de custódia** deve informar a data e o custo de aquisição no ato da confirmação do depósito.
5. o saldo de **ativos** é registrado na **conta de depósito** do **comitente**, em caráter provisório, permanecendo indisponível para movimentação até a efetiva confirmação da transferência dos **ativos** da titularidade do **comitente** para a titularidade fiduciária da B3 nos **registros** mantidos pelo **emissor**, ou pelo **escriturador** por ele contratado.
6. o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, recebe arquivo eletrônico contendo as confirmações (duplo comando) das instruções de **depósito de ativos**.
7. o **emissor**, ou **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, efetiva a transferência dos **ativos** da titularidade do **comitente** para a titularidade fiduciária da B3 em seus **registros** e informa a **central depositária da B3** por meio de arquivo eletrônico.
 - 7.1 Em caso de rejeição da instrução de **depósito de ativos** por parte do **emissor**, ou do **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, ocorre o débito do saldo provisório de **ativos**, anteriormente registrado na **conta de depósito** do **comitente**.
8. os saldos de **ativos** provisórios tornam-se definitivos e passam a estar livres para qualquer **movimentação de ativos** após o recebimento, pela **central depositária da B3**, de arquivo eletrônico com a confirmação da efetivação das instruções de **depósito de ativos** e o consequente crédito de **ativos** em sua titularidade fiduciária.

4.2.1.2. Depósito de ativos manual, exceto ouro ativo financeiro

Nos casos em que o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, não apresenta uma estrutura que permite a troca de arquivos eletrônicos, a **central depositária da B3** realiza a modalidade de **depósito de ativos** manual. O processo de **depósito de ativos** manual segue o seguinte fluxo:

1. o **depósito de ativos** é solicitado pelo **agente de custódia**, a pedido do **comitente**, por meio do envio da documentação necessária juntamente com a Ordem de Transferência de Ativos (OTA) para o **emissor**, ou para o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, responsável pelo **ativo** objeto do **depósito de ativos**.
2. o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, valida a documentação e, estando esta em conformidade, emite um comprovante físico contendo as informações relativas à instrução de **depósito de ativos** e o entrega ao **agente de custódia**.
3. o **agente de custódia** efetua o **registro** da instrução de **depósito de ativos** diretamente nas telas dos sistemas da **central depositária da B3**.
 - 3.1 No caso de **ativos** que utilizam o **controle analítico de saldo**, o **agente de custódia** deve informar a data e o custo de aquisição no ato do **registro** da instrução de **depósito de**

ativos.

4. o **agente de custódia** possui um prazo de até 2 (dois) dias úteis, a partir do **registro** da instrução de **depósito de ativos** nos sistemas da **central depositária da B3**, para a **entrega à central depositária da B3** da guia de **depósito de ativos** e do comprovante físico emitido pelo **emissor**, ou pelo **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, contendo as informações relativas à instrução de **depósito de ativos**.
 - 4.1 Após o período de 2 (dois) dias úteis, a **central depositária da B3** cancela automaticamente a instrução de **depósito de ativos** registrada em seus sistemas e que não possui a devida documentação recepcionada.
5. caso as informações constantes na documentação apresentada e inseridas nos sistemas estejam em conformidade, a **central depositária da B3** valida o **depósito de ativos**.
6. o saldo de **ativos** é registrado na **conta de depósito** do **comitente**, em caráter provisório, permanecendo bloqueado para movimentação até a efetiva confirmação da transferência dos **ativos** da titularidade do **comitente** para a titularidade fiduciária da B3 nos **registros** mantidos pelo **emissor**, ou pelo **escriturador** por ele contratado, conforme o caso.
7. o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, recebe a documentação física e o pedido de transferência de **ativos** emitido pela **central depositária da B3** (duplo comando).
8. o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, efetiva a transferência dos **ativos** da titularidade do **comitente** para a titularidade fiduciária da B3 em seus **registros** e informa a **central depositária da B3** por meio de documentação física.
 - 8.1 Em caso de rejeição da instrução de **depósito de ativos** por parte do **emissor**, ou do **escriturador** por ele contratado, ocorre o débito do saldo provisório de **ativos**, anteriormente registrado na **conta de depósito** do **comitente**.
9. os saldos de **ativos** provisórios tornam-se definitivos e passam a estar livres para qualquer **movimentação de ativos** após o recebimento, pela **central depositária da B3** da documentação com a confirmação da efetivação das instruções de **depósito de ativos** e o consequente crédito de **ativos** em sua titularidade fiduciária.

4.2.1.3. Depósito de ouro ativo financeiro

O processo de depósito de ouro ativo financeiro segue o seguinte fluxo:

1. o depósito de ouro ativo financeiro é solicitado por meio dos sistemas da **central depositária da B3** pelo **agente de custódia**, juntamente com a informação a respeito do **fundidor de ouro** escolhido para efetuar o processamento dos lingotes nos padrões definidos por esse manual, a quantidade e o teor de pureza dos lingotes que serão depositados, para o **depositário de ouro**

escolhido para receber os lingotes de ouro.

2. o **depositário de ouro**, após receber os lingotes de ouro do **fundidor de ouro**, efetua o seguinte procedimento:
 - 2.1 Pesagem e determinação do peso real de cada lingote de ouro a ser custodiado. Para determinar o peso real dos lingotes, o **depositário de ouro** utiliza balança de precisão com capacidade para registrar até centésimo de grama, aplicando o seguinte critério de arredondamento para décimo de grama:
 - 2.1.1 quando a balança indicar de 0 (zero) a 4 (quatro) centésimos de grama, desprezar os centésimos de grama.
 - 2.1.2 quando a balança indicar de 5 (cinco) a 9 (nove) centésimos de grama, desprezar os centésimos de grama e acrescentar 1 (um) décimo de grama.
 - 2.1.3 em nenhuma hipótese é aceito lingote com peso real, apurado pelo **depositário de ouro**, inferior ao peso declarado pelo **fundidor de ouro**.
 - 2.2 Lacração dos lingotes aprovados.
 - 2.3 Validação do depósito no sistema da **central depositária da B3**, inserindo o número do lingote de ouro e a identificação do **fundidor de ouro**.
 - 2.4 Mediante a validação do depósito no sistema da **central depositária da B3**, ocorre a transferência da titularidade dos lingotes de ouro dos **comitentes** para a titularidade fiduciária da B3.
3. a **central depositária da B3** confirma o depósito em seus sistemas.
4. o saldo de ouro ativo financeiro é registrado na **conta de depósito do comitente**. O cálculo da conversão do lingote de ouro depositado para o saldo em gramas na **conta de depósito do comitente** se dá da seguinte forma:

$$\begin{array}{l} \text{ouro} \\ \text{depositado} \\ \text{(gramas)} \end{array} = \frac{\text{peso lingote} \times \text{teor de pureza}}{1000}$$

4.2.2. Retirada de ativos

A **retirada de ativos** é efetuada por instrução dos **agentes de custódia**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade.

A finalização do processo de **retirada de ativos** na **central depositária da B3** está condicionada à transferência dos **ativos** da titularidade fiduciária da B3 para a titularidade do **comitente** nos **registros** mantidos pelo **emissor**, ou pelo **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, ou no **depositário de ouro** para o caso de retirada de ouro ativo financeiro.

A **central depositária da B3** poderá, a seu critério, efetuar o processo de **retirada geral de ativos**, com a correspondente transferência do saldo total de **ativos** de sua titularidade fiduciária para seus respectivos **comitentes** titulares, diretamente nos **registros** mantidos pelo **emissor**, ou, conforme o caso, pelo **escriturador** por ele contratado, nos casos em que:

- o **ativo** deixe de ser negociado na B3;
- o **ativo** deixe de ser aceito para **depósito de ativos** na **central depositária da B3**;
- o **emissor** do **ativo** delibere sua liquidação e dissolução;
- o **emissor** do **ativo** tenha sua falência decretada, liquidação judicial ou extrajudicial determinada por autoridade administrativa competente; e
- excepcionalmente e a critério da B3, caso seja necessário retirar os referidos **ativos** das **contas de depósito** para preservar a integridade do sistema da **central depositária da B3**.

A **central depositária da B3** pode rejeitar a instrução do **agente de custódia** para a **retirada de ativos**, nas seguintes hipóteses:

- constatação de divergências entre as informações fornecidas pelo **agente de custódia**, relativas aos **ativos** objeto da **retirada de ativos**, e o **registro** dos mesmos junto à **central depositária da B3**;
- quando os **ativos** a serem transferidos estiverem indisponíveis para **retirada de ativos**; e
- em outras situações específicas a critério da **central depositária da B3**.

O **agente de custódia** cuja **retirada de ativos** tenha sido rejeitada pela **central depositária da B3** é imediatamente informado dos motivos que justificaram a rejeição, para que sejam tomadas as devidas providências.

4.2.2.1. Retirada de ativos, exceto ouro ativo financeiro

A **retirada de ativos** na **central depositária da B3** é efetuada pelos **agentes de custódia** nos sistemas da **central depositária da B3**, conforme disposto no presente manual de procedimentos operacionais da **central depositária da B3**.

O processo de **retirada de ativos** segue o seguinte fluxo:

1. o **agente de custódia** efetua o **registro** da instrução de **retirada de ativos** diretamente nas telas

dos sistemas da **central depositária da B3**.

2. o saldo de **ativos** registrado na **conta de depósito** do **comitente** é bloqueado para movimentação até a efetiva confirmação da transferência dos **ativos** da titularidade fiduciária da B3 para a titularidade do **comitente** nos **registros** mantidos pelo **emissor**, ou por **escriturador** por ele contratado, conforme o caso.
3. o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, recebe a instrução de **retirada de ativos** emitida pela **central depositária da B3**.
4. o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, efetiva a transferência dos **ativos** da titularidade fiduciária da B3 para a titularidade do **comitente** em seus **registros** e informa a **central depositária da B3**.
 - 4.1 Em caso de rejeição da instrução de **retirada de ativos** por parte do **emissor**, ou do **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, o saldo de **ativos** anteriormente bloqueado torna-se livre para movimentação, permanecendo sob a titularidade fiduciária da B3.
 - 4.2 O **agente de custódia** responsável pelo **registro** da instrução de **retirada de ativos** é informado sobre os casos de rejeição por parte do **emissor**, ou do **escriturador** por ele contratado, conforme o caso.
5. a **central depositária da B3** recebe a confirmação da efetivação das instruções de **retirada de ativos**, com o consequente débito de **ativos** em sua titularidade fiduciária.
6. os saldos de **ativos** bloqueados são debitados da **conta de depósito**.

Em casos especiais ou por motivos de força maior, a **retirada de ativos** da **central depositária da B3** é por ela efetuada, mediante solicitação formal dos **agentes de custódia**.

4.2.2.2. Retirada de ouro ativo financeiro

A retirada de ouro ativo financeiro na **central depositária da B3** é efetuada pelos **agentes de custódia** nos sistemas da **central depositária da B3**, conforme disposto no presente manual de procedimentos operacionais da **central depositária da B3**.

O processo de retirada de ouro ativo financeiro segue o seguinte fluxo:

1. o **agente de custódia** efetua o **registro** da instrução de **retirada de ativos** diretamente nas telas dos sistemas da **central depositária da B3**.
 - 1.1 No caso de ouro ativo financeiro, é necessário que o **agente de custódia** selecione o **depositário de ouro** por onde o **comitente** desejar fazer a retirada. Adicionalmente é possível selecionar **fundidor de ouro** ou tipo específico de lingote de ouro para fazer a retirada.

2. o **depositário de ouro** recebe o pedido de **transferência de ativos** emitido pela **central depositária da B3**.
3. o **depositário de ouro** efetiva a transferência do ouro ativo financeiro da titularidade fiduciária da B3 para a titularidade do **comitente** em seus **registros** e informa a **central depositária da B3**.
 - 3.1 Em caso de rejeição da instrução de retirada de ouro ativo financeiro por parte do **depositário de ouro**, o saldo de ouro ativo financeiro retorna para a **posição** do **comitente** e torna-se livre para movimentação.
4. a **central depositária da B3** recebe a confirmação da efetivação das instruções de retirada de ouro ativo financeiro, com o consequente débito do ouro ativo financeiro em sua titularidade fiduciária.

4.2.2.3. Retirada de ativos não escriturais

A retirada de **ativos** não escriturais que sejam aceitos ao depósito centralizado na **central depositária da B3** é efetuada pelos **agentes de custódia** por meio de solicitação formal à **central depositária da B3**, conforme instrução recebida de seus respectivos **comitentes**.

As solicitações de **retirada de ativos** não escriturais são analisadas pela B3 e, em caso de aprovação, os **ativos** não escriturais serão endossados ao **comitente** e entregues diretamente para o **agente de custódia** representante do **comitente** detentor dos referidos **ativos** ou, em caso de impossibilidade, diretamente ao **comitente**, em mãos, mediante a apresentação de documentação específica à **central depositária da B3**.

4.2.3. Transferência de ativos

A **transferência de ativos** é efetuada por instrução dos **agentes de custódia**, baseada em solicitação do **comitente** sob sua responsabilidade ou por instrução da **câmara** ou do **sistema externo**, baseada em solicitação de seu participante.

A efetivação do processo de **transferência de ativos** na **central depositária da B3** está condicionada:

- à existência de **conta de depósito**, **conta de liquidação de ativos** ou **conta restrição de ativos** cedente e cessionária válidas e ativas; e
- à existência do saldo de **ativos** livre para **movimentação**.

O **agente de custódia** poderá instruir a **transferência de ativos**:

- entre **carteiras**, dentro de uma mesma **conta de depósito**;

- entre **contas de depósito** de mesma titularidade; e
- entre **contas de depósito** com troca de titularidade.

A **câmara** ou **sistema externo** poderá instruir a **transferência de ativos**:

- entre sua **conta de liquidação de ativos** e **conta de depósito** de titularidade do **comitente**; e
- entre **conta de liquidação de ativos**, **conta restrição de ativos** e **conta de depósito** de sua titularidade.

Em casos especiais ou por motivos de força maior, a **transferência de ativos** na **central depositária da B3** é por ela efetuada, mediante solicitação formal dos **agentes de custódia**, em qualquer das seguintes hipóteses, cumulativamente ou não:

- quando os **ativos** a serem transferidos não forem admitidos à negociação nos mercados administrados pela B3;
- quando o **comitente** titular dos **ativos** objeto de **transferência de ativos** se encontrar impedido para transferir **ativos** de sua **conta de depósito** por determinação de autoridades reguladoras, judiciais ou administrativas competentes ou por qualquer outro motivo previsto no presente manual;
- quando o **agente de custódia** estiver impedido de movimentar as **contas de depósito**, por determinação de autoridades reguladoras, judiciais e administrativas competentes;
- quando os **ativos** a serem transferidos estiverem constituídos sob quaisquer ônus, gravames ou **garantias**, mediante apresentação de aprovação da transferência pelo mesmo órgão, ou responsável com devidos poderes, envolvidos no processo de constituição do ônus, gravame ou **garantia** original; e
- em outras situações específicas a critério da **central depositária da B3**.

A **central depositária da B3** pode aceitar instruções de **transferências de ativos** realizadas pela **câmara** e pelo **ambiente de registro**, em nome do **agente de custódia**, para fins de **liquidação de operações**, de acordo com os procedimentos previstos nos regulamentos da **câmara** e do **ambiente de registro**.

A **central depositária da B3** pode rejeitar a instrução para a **transferência de ativos**, nas seguintes hipóteses:

- na constatação de divergências entre as informações fornecidas pelo **agente de custódia**, pela

câmara ou pelo **sistema externo**, relativas aos **ativos** objeto da **transferência de ativos**, e o **registro** dos mesmos junto à **central depositária da B3**;

- quando os **ativos** a serem transferidos estiverem indisponíveis para **transferência de ativos**; e
- em outras situações específicas a critério da **central depositária da B3**, em relação a instruções realizadas por **agentes de custódia**.

O **agente de custódia**, a **câmara** ou o **sistema externo**, cuja instrução de **transferência de ativos** tenha sido rejeitada pela **central depositária da B3**, são imediatamente informados sobre os motivos que justificaram a rejeição, para que sejam tomadas as devidas providências.

4.2.3.1. Transferência de ativos de mesma titularidade

A **transferência de ativos** de mesma titularidade pode ocorrer:

- entre **carteiras** dentro de uma mesma **conta de depósito**;
- entre **contas de depósito** de um mesmo **comitente**, na situação em que a **conta de depósito** cedente e a **conta de depósito** cessionária estejam sob responsabilidade de um mesmo **agente de custódia**;
- entre **contas de depósito** de um mesmo **comitente**, na situação em que a **conta de depósito** cedente e a **conta de depósito** cessionária estejam sob responsabilidade de **agentes de custódia** distintos;
- entre **conta de liquidação de ativos**, **conta restrição de ativos** e **conta de depósito** de mesma titularidade da **câmara** ou do **sistema externo**; e
- entre **contas** de um mesmo **comitente** nas **centrais depositárias** de renda variável B3 e do Balcão B3, na situação em que o **ativo** esteja admitido em ambas as **centrais depositárias**.

As **transferências de ativos** que não envolvem **ativos** que utilizam o **controle analítico de saldos** são realizadas em tempo real, desde que atendidas as condições de efetivação, exceto na situação específica:

- **transferência de ativos** entre **contas de depósito**, na situação em que a **conta de depósito** cedente e a **conta de depósito** cessionária estão sob responsabilidade de **agentes de custódia** distintos, e o **agente de custódia** cessionário tenha atribuído a necessidade de sua confirmação no processo. Diante desta situação, a **transferência de ativos** terá a sua efetivação condicionada à confirmação do **agente de custódia** cessionário. As instruções de **transferência de ativos** não confirmadas ficam pendentes e são automaticamente canceladas no término do dia útil seguinte à inclusão da instrução.

O **agente de custódia** pode, a qualquer momento, formalizar pedido à **central depositária da B3** para que seja atribuída, ou retirada, a necessidade de sua confirmação nas **transferências de ativos** de mesma titularidade, entre **agentes de custódia** distintos, quando este estiver relacionado como **agente de custódia** cessionário. As **transferências de ativos** que venham a ser feitas após a atribuição deste parâmetro estarão sujeitas a esta condição para que sejam efetivadas.

As **transferências de ativos** que envolvem **ativos** que utilizam o **controle analítico de saldos** observam as seguintes regras:

- A **transferência de ativos** entre **contas de depósito** sob um mesmo **agente de custódia** ou entre **conta de liquidação de ativos**, **conta restrição de ativos** e **conta de depósito** de mesma titularidade da **câmara** ou do **sistema externo** é realizada em tempo real, desde que atendidas as condições de efetivação; e
- A **transferência de ativos** entre **contas de depósito**, na situação em que a **conta de depósito** cedente e a **conta de depósito** cessionária estão sob responsabilidade de **agentes de custódia** distintos, necessita da confirmação do **agente de custódia** cessionário. Após a confirmação, a **transferência de ativos** é realizada em tempo real, desde que atendidas as condições de efetivação. As instruções de **transferência de ativos** não confirmadas ficam pendentes e são automaticamente canceladas no término do dia útil seguinte à inclusão da instrução.

4.2.3.2. Transferência de ativos entre contas de depósito com troca de titularidade ou entre conta de liquidação de ativos de sistema externo e conta de depósito do comitente

A **transferência de ativos** com troca de titularidade pode ocorrer:

- entre **contas de depósito** de diferentes **comitentes**, na situação em que a **conta de depósito** cedente e a **conta de depósito** cessionária estão sob responsabilidade de um mesmo **agente de custódia**;
- entre **contas de depósito** de diferentes **comitentes**, na situação em que a **conta de depósito** cedente e a **conta de depósito** cessionária estão sob responsabilidade de **agentes de custódia** distintos; e
- entre **conta de liquidação de ativos** do **sistema externo** e **conta de depósito** do **comitente**.

O **agente de custódia** analisa, valida e arquiva a documentação do **comitente** que fundamenta a **transferência de ativos** entre **contas de depósito** com troca de titularidade. Com base nessa documentação, o **agente de custódia** informa à **central depositária da B3**, no ato da execução da instrução, a justificativa da **transferência de ativos**, estando o **agente de custódia** sujeito à supervisão por parte da

BSM e dos órgãos reguladores.

As **transferências de ativos** entre **contas de depósito** de diferentes **comitentes**, na situação em que a **conta de depósito** cedente e a **conta de depósito** cessionária estão sob responsabilidade de um mesmo **agente de custódia** são realizadas em tempo real, desde que atendidas as condições de efetivação.

As **transferências de ativos** entre **contas de depósito** de diferentes **comitentes**, na situação em que a **conta de depósito** cedente e a **conta de depósito** cessionária estão sob responsabilidade de **agentes de custódia** distintos, são realizadas após a confirmação do **agente de custódia** cessionário, em tempo real, desde que atendidas as condições de efetivação. As instruções de **transferência de ativos** não confirmadas ficam pendentes e são automaticamente canceladas no término do dia.

As **transferências de ativos** entre **conta de depósito** do **comitente** e **conta de liquidação de ativos** do **sistema externo** são realizadas em tempo real, após a confirmação do **sistema externo** ou do **agente de custódia** responsável pela **conta de depósito**, nas situações em que estiverem atuando como cessionários na **transferência de ativos**, desde que atendidas as condições de efetivação. As instruções de **transferência de ativos** não confirmadas ficam pendentes e são automaticamente canceladas ao término do dia.

As **transferências de ativos** que envolvem **ativos** que utilizam o **controle analítico de saldos** necessitam, adicionalmente, das informações da data e do custo de aquisição para sua efetivação.

Os **ativos**, exceto o ouro ativo financeiro, objeto da **transferência de ativos** entre **contas de depósito** com troca de titularidade ficam disponíveis para livre movimentação apenas no dia útil seguinte ao dia em que foi efetivada a instrução. A indisponibilidade referida no *caput* poderá ser desbloqueada nas seguintes hipóteses:

- **ativos** decorrentes do serviço de **empréstimo de ativos**;
- **ativos** decorrentes de **liquidação** de operações a termo; e/ou
- outros **ativos**, a critério da **central depositária da B3**.

4.3. Emissão e cancelamento de fundos de índice e certificados de depósito

4.3.1. Fundos de índice (ETFs)

A **central depositária da B3** oferece o serviço de operacionalização da emissão e cancelamento de cotas de ETFs referenciado em índices compostos por **ativos** de renda variável e de renda fixa. As características e os procedimentos desse serviço estão descritos nos itens abaixo deste manual de procedimentos operacionais.

A **liquidação** de ETF seguem as regras e procedimentos da **câmara**, observados os diferentes modelos de emissão e cancelamento de cotas de ETFs oferecidos pela **central depositária da B3**, que possuem características específicas em relação à forma de **liquidação** das **operações**. Essas **operações** podem ser **liquidadas** por meio da **liquidação bruta**, isto é, sem a garantia de **liquidação** por parte da B3, ou, por meio da **liquidação pelo saldo líquido multilateral**, isto é, com a garantia de **liquidação** da **operação** pela B3, que atua em seu papel de **contraparte central**. Adicionalmente, os prazos de **liquidação** podem variar de acordo com a natureza dos **ativos** que compõem a cesta de emissão e cancelamento, observadas as regras e procedimentos da **câmara**.

4.3.1.1. *Envio da cesta de composição do ETF*

Para que ocorram as emissões e cancelamentos de cotas de ETFs é necessário que seu administrador encaminhe, à **central depositária da B3**, a relação dos **ativos** que compõem o índice que referencia o ETF na abertura e no fechamento dos mercados, assim como a quantidade mínima de cotas aceitas nos pedidos de emissão e cancelamento e o preço de abertura da cota, por meio do arquivo de composição da cesta de emissão e cancelamento.

4.3.1.2. *Fluxo de Emissão*

As solicitações de emissão devem ser instruídas diretamente nos sistemas da **central depositária da B3** pelos **agentes de custódia** previamente autorizados pelo gestor ou administrador do ETF. As solicitações são direcionadas para a aprovação do respectivo administrador do ETF, que deve aprová-las ou rejeitá-las.

O administrador do ETF deve encaminhar à **central depositária da B3** antes da data de **liquidação** da **operação** de emissão:

- A confirmação da criação de cotas de ETF sob a titularidade fiduciária da B3 junto ao respectivo **escriturador** do ETF, por meio do envio do arquivo de movimentos e saldos da propriedade fiduciária da B3; e
- A confirmação dos valores financeiros referentes à cota de fechamento e ajustes financeiros que deverão ser considerados na **liquidação** das emissões, por meio do arquivo de confirmação de valores financeiros.

A **liquidação** da **operação** de emissão, que pode variar de acordo com o tipo de ETF, ocorre, observadas as regras e procedimentos da **câmara**, mediante a confirmação do **pagamento** dos valores financeiros, conforme o caso, e com a efetivação da transferência das cotas do fundo para a **conta de depósito** do **comitente** solicitante, na **central depositária da B3**.

4.3.1.3. *Fluxo de Cancelamento*

As solicitações de cancelamento devem ser instruídas diretamente nos sistemas da **central depositária da B3** pelos **agentes de custódia** previamente autorizados pelo gestor ou administrador do ETF. As solicitações

são direcionadas para a aprovação do respectivo administrador do ETF, que deve aprová-las ou rejeitá-las.

O administrador do ETF deve encaminhar à **central depositária da B3**, antes da data de **liquidação** da **operação** de cancelamento, a confirmação dos valores financeiros referentes à cota de fechamento e ajustes financeiros que deverão ser considerados na **liquidação** dos cancelamentos, por meio do arquivo de confirmação de valores financeiros.

A **liquidação** da **operação** de cancelamento, que pode variar de acordo com o tipo de ETF, ocorre, observadas as regras e procedimentos da **câmara**, mediante a confirmação do **pagamento** dos valores financeiros, conforme o caso, e com a efetivação da transferência das cotas do **comitente** solicitante para a **conta de depósito** do fundo, na **central depositária da B3**. No cancelamento, o administrador do fundo pode determinar que as cotas sejam bloqueadas na **conta de depósito** do **comitente** no momento em que este, por meio de seu **agente de custódia**, solicitar o cancelamento nos sistemas da **central depositária da B3**.

As cotas canceladas permanecerão na **conta de depósito** do ETF, no ambiente da **central depositária da B3**, e deverão ser retiradas, mediante solicitação do administrador do ETF, a partir da data de **liquidação** dos cancelamentos, inclusive. Para que a **central depositária da B3** remova o saldo de cotas canceladas da **conta de depósito** do ETF, o administrador do ETF deve confirmar a retirada das cotas de ETF sob a titularidade fiduciária da B3 junto ao respectivo **escriturador** do fundo, e encaminhar o arquivo de movimentos e saldos da propriedade fiduciária da B3.

Após a **liquidação** da emissão e cancelamento de ETF, a **central depositária da B3** encaminha para o administrador ou gestor do ETF um arquivo de confirmação de emissões e cancelamentos liquidados.

A **central depositária da B3** pode, por prazo determinado, por solicitação do administrador de ETF e observada a legislação em vigor, suspender a integralização e o resgate de cotas de ETF fundo.

4.3.2. Certificados de depósito

A B3 oferece serviços de operacionalização da emissão e cancelamento de certificados de depósito de **ativos** por meio dos sistemas da **central depositária da B3**. As solicitações de emissão e cancelamento devem ser instruídas diretamente nos sistemas da **central depositária da B3** pelos **agentes de custódia** previamente autorizados pela instituição responsável pela emissão dos respectivos certificados.

4.3.2.1. *Fluxo de Emissão*

Caso o certificado de depósito possua lastro em **ativos** aceitos em depósito na **central depositária da B3**, no momento da inclusão da solicitação de emissão, o lastro que será entregue à instituição emissora dos respectivos certificados é bloqueado na **conta de depósito** do **comitente** sob a responsabilidade do **agente de custódia** responsável pela instrução de emissão. O bloqueio realizado nesse momento refere-se à imobilização do **ativo** lastro do certificado de depósito, bem como à impossibilidade de haver constituição de

ônus, gravames ou **garantias** sobre eles, exceto por ordem expressa do **agente de custódia**, da instituição responsável pela emissão ou **escriturador**, conforme o caso.

As solicitações de emissão são direcionadas para a aprovação da instituição responsável pela emissão ou **escriturador**, conforme o caso, que deve aprová-las ou rejeitá-las. Adicionalmente, o **emissor** ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, devem informar à **central depositária da B3** o saldo atual de certificados de depósito de **ativos** mantidos sob a propriedade fiduciária da B3 e encaminhar o extrato, evidenciando a criação do saldo de certificados de **depósito de ativos**.

As solicitações de emissão são liquidadas mediante a criação do saldo de certificado de depósito de **ativos** na **conta de depósito** da respectiva instituição responsável pela emissão e a consequente transferência para a **conta de depósito do comitente** mantida pelo **agente de custódia** responsável pela instrução de emissão. Para os casos em que o certificado de depósito possua lastro em **ativos** aceitos em depósito na **central depositária da B3**, no momento da **liquidação da operação** de emissão, os lastros são simultaneamente transferidos para a **conta de depósito** da instituição responsável pela emissão.

4.3.2.2. Fluxo de Cancelamento

Caso o certificado de depósito possua lastro em **ativos** aceitos em depósito na **central depositária da B3**, no momento da inclusão da solicitação de cancelamento, o lastro que será entregue ao **comitente** solicitante é bloqueado na **conta de depósito** da instituição responsável pela emissão, assim como os próprios certificados de depósito, que são bloqueados na **conta de depósito do comitente** solicitante até a **liquidação da operação**.

As solicitações de cancelamento são direcionadas para a aprovação do emissor ou **escriturador**, conforme o caso, que deve aprová-las ou rejeitá-las. Adicionalmente, o emissor ou o **escriturador** por ele contratado, deve informar à **central depositária** o saldo atual de certificados de depósito de ativos mantidos sob a propriedade fiduciária da B3 e encaminhar o extrato, evidenciando o cancelamento do saldo de certificados de depósito de ativos.

As solicitações de cancelamento são liquidadas mediante a transferência do saldo de certificados de depósito de **ativos** da **conta de depósito do comitente** solicitante para a **conta de depósito do emissor**. Para os casos em que o certificado de depósito possua lastro em **ativos** aceitos em depósito na **central depositária da B3**, no momento da **liquidação da operação** de cancelamento, os lastros são simultaneamente transferidos para a **conta de depósito do comitente** solicitante.

4.4. Conciliação

A **central depositária da B3** realiza, diariamente, a conciliação entre os saldos de **ativos** depositados no ambiente da **central depositária da B3** e os saldos mantidos junto aos **emissores, escrituradores e depositários de ouro**, conforme o caso, em nome da **central depositária da B3**, sob o regime de titularidade

fiduciária.

O processo de conciliação contempla as seguintes etapas:

1. recebimento do **emissor**, ou **esriturador** por ele contratado, e do **depositário de ouro** dos extratos informando os saldos de **ativos** mantidos na titularidade fiduciária da B3.
 - 1.1 O **emissor**, ou **esriturador**, ou o **depositário de ouro**, conforme o caso, deve encaminhar os extratos, por meio de arquivo eletrônico ou, em caso de impossibilidade, por meio do envio de documento físico.
 - 1.1.1 No caso de encaminhamento em formato eletrônico, a periodicidade de envio é diária.
 - 1.1.2 No caso de envio em meio físico, o extrato é encaminhado, tempestivamente, sempre que houver alteração dessa **posição**; ou mensalmente, quando não houver alteração da **posição**.
 - 1.2 A B3 pode solicitar ao **emissor**, ou **esriturador** ou ao **depositário de ouro**, conforme o caso, a emissão e envio de extrato fora do prazo mencionado, o que deve ser atendido prontamente pelo **emissor**, **esriturador** ou **depositário de ouro**, conforme o caso.
2. a **central depositária da B3** concilia os saldos de **ativos** depositados nas **contas de depósito** com as **posições** mantidas em sua propriedade fiduciária, conforme informadas pelo **emissor**, **esriturador** por ele contratado, ou pelo **depositário de ouro**, conforme o caso.

Para os **ativos** depositados que sejam ativos financeiros, inclusive ouro ativo financeiro, o recebimento dos extratos contendo o saldo de titularidade fiduciária da B3, bem como o processo de conciliação, ocorre diariamente.

Para os **ativos** depositados em seu ambiente, os quais possuem lastro em outros valores mobiliários, ativos financeiros ou instrumentos contratuais, a central depositária realiza os seguintes procedimentos:

- *Brazilian Depository Receipts* (BDR) – a **central depositária da B3** realiza a conciliação entre os lastros informados pelas respectivas instituições depositárias dos programas de BDR, atuando na qualidade de **emissores** ou **esrituradores**, e os saldos depositados em seu ambiente. As instituições depositárias dos programas de BDR, na qualidade de **emissores** ou **esrituradores**, devem encaminhar os extratos informando o saldo dos respectivos lastros, por meio do envio de documento físico à **central depositária da B3**, conforme os prazos definidos no detalhamento do processo de conciliação no presente manual;
- Cesta de Ações (UNIT) – a **central depositária da B3** realiza a conciliação entre os lastros informados pelos respectivos **emissores** de UNITS, ou pelos **esrituradores** por eles contratados, e

os saldos depositados em seu ambiente. Para as UNITS cujo lastro esteja depositado na **central depositária da B3** ou para os casos em que o lastro se encontra no livro escritural, os **emissores** de UNITS, ou os **escrituradores** por eles contratados, devem encaminhar os extratos informando o saldo dos respectivos lastros, em formato eletrônico ou físico, para a **central depositária da B3**, conforme os prazos definidos no detalhamento do processo de conciliação no presente manual.

- Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) - a **central depositária da B3** não realiza a conciliação entre os lastros informados pelos respectivos **emissores** e **escrituradores** e os saldos de CRI e CRA em seu ambiente. O **emissor** de CRI ou CRA, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, devem encaminhar comunicação formal à **central depositária da B3**, contendo sua declaração de que são tomadas todas as medidas necessárias para assegurar a existência dos lastros dos **ativos** de sua emissão, assim como o efetivo controle de sua movimentação, assegurando, também, a conciliação da totalidade dos lastros dos **ativos** de sua emissão depositados no ambiente da **central depositária da B3**. A declaração assegurando a conciliação da totalidade dos lastros de **ativos** depositados na **central depositária da B3** deve ser encaminhada mensalmente.

Caso o **emissor**, ou **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, ou o **depositário de ouro** descumpra o prazo de envio dos extratos, ou caso sejam constatadas divergências:

- entre os saldos de **ativos** mantidos nas **contas de depósito** nos sistemas da **central depositária da B3** e os saldos de **ativos** mantidos na titularidade fiduciária da B3; ou
- entre os saldos de **ativos** mantidos nas **contas de depósito** nos sistemas da **central depositária da B3** e seus respectivos lastros, conforme informado pelo **emissor**, ou pelo **escriturador**, conforme o caso.

A **central depositária da B3** atuará imediatamente junto ao **emissor**, ou ao **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, ou ao **depositário de ouro**, para solucionar eventual divergência no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena da imposição das penalidades pertinentes.

A **central depositária da B3** fornece, diariamente, as informações de saldos de **ativos** e **eventos corporativos** para que o **emissor**, ou **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, e o **agente de custódia** procedam com a conciliação dos **ativos** mantidos nas **contas de depósito** dos **comitentes** junto à **central depositária da B3** com aqueles mantidos em seus **registros**.

Os **registros** das **movimentações de ativos**, o histórico das conciliações realizadas e demais atividades executadas pela **central depositária da B3** são mantidos pelos sistemas da **central depositária**, permitindo a devida rastreabilidade.

Adicionalmente, a **central depositária da B3** pode realizar o arbitramento sistemático dos lingotes de ouro, observando o seguinte procedimento:

- a **central depositária da B3** compra do **fundidor de ouro** um lingote de ouro de 250 (duzentos e cinquenta) gramas ou 1.000 (mil) gramas, ao seu exclusivo critério, preferencialmente, com teor de pureza de 999,9;
 - alternativamente, a **central depositária da B3** pode utilizar lingotes de ouro de sua propriedade para a realização do procedimento de arbitramento;
- periodicamente, realiza, por meio de instituição técnica determinada pela própria **central depositária da B3**, a análise sistemática dos lingotes de ouro, substituindo o enviado para análise pelo lingote de ouro de sua propriedade, nos casos em que o lingote de ouro enviado para análise for proveniente da compra pela B3 junto ao **fundidor de ouro**;
- os **custos** do arbitramento sistemático são suportados pela B3;
- o resultado da análise é enviado ao **fundidor de ouro**; e
- o arbitramento sistemático não impede a realização das análises solicitadas e custeadas por **comitente**.

Caso os resultados do arbitramento indiquem qualquer diferença de teor de pureza e peso em relação às especificações mínimas requeridas pela **central depositária da B3**, conforme disposto no presente manual de procedimentos operacionais, os custos para a nova padronização do referido lingote de ouro devem ser suportados pelo respectivo **fundidor de ouro**. Caso o **fundidor de ouro** não honre com os custos da nova padronização, a **central depositária** poderá utilizar as garantias exigidas do **fundidor de ouro** em benefício da B3, conforme definido no manual de acesso da B3, para o ressarcimento dos custos incorridos com o arbitramento conforme disposto no regulamento da **central depositária da B3**.

5. REGISTRO DE ÔNUS, GRAVAMES, GARANTIAS E BLOQUEIOS

A **central depositária da B3** permite o **registro** da constituição, da retificação, da alteração e da extinção de ônus, de gravame, de **garantia** e de bloqueio sobre **ativos** depositados na **central depositária da B3**.

Todos os **ativos** aceitos para **depósito de ativos** são passíveis do **registro** de ônus, gravame, **garantia** e bloqueio e a sua constituição deve ser realizada mediante o seu respectivo **registro** em estruturas baseadas em **carteiras** e **contas de depósito** mantidas na **central depositária da B3**, bem como em contas mantidas em instituições financeiras, específicas para cada finalidade, mediante o registro do correspondente instrumento nos sistemas da **central depositária da B3**, conforme o caso.

Uma vez que o ônus, gravame, **garantia** ou bloqueio tenha sido constituído e esteja válido e em vigor, a **central depositária da B3** realiza o tratamento dos **eventos corporativos** relativos ao **ativo** objeto de ônus, gravame, **garantia** ou bloqueio além do fornecimento de informações ao **emissor**, ou **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, **agente de custódia** e **comitente**.

Os itens a seguir descrevem: a constituição, retificação, alteração e a extinção de ônus, gravame, **garantia** e bloqueio; procedimento de execução dos **ativos** mantidos em **carteiras** vinculada a ônus, gravame, **garantia** e bloqueio; o tratamento dos **eventos corporativos** e do **ativo** objeto de ônus, gravame, **garantia** e bloqueio; e o fornecimento de informações ao **emissor**, ou **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, ao **depositário de ouro**, ao **agente de custódia** e ao **comitente**.

5.1. *Constituição, retificação, alteração e extinção de ônus, gravame, garantia e bloqueio*

A **central depositária da B3** permite a constituição dos seguintes tipos de ônus, gravame, **garantia** e bloqueio sobre os **ativos** mantidos em estruturas baseadas em **carteiras** e **contas de depósito** mantidas na **central depositária da B3**, bem como em contas mantidas em instituições financeiras:

- indisponibilidade de bens, direitos e obrigações – estrutura destinada a atender determinação de autoridade judicial ou administrativa competente. A inclusão do **ativo** nesta estrutura implica a vedação da alienação, transferência e constituição de ônus e gravame sobre o **ativo** depositado na **central depositária da B3**;
- retenção de **eventos corporativos** do **emissor** – estrutura destinada a atender determinação de autoridade judicial ou administrativa competente. A utilização desta estrutura implica retenção dos recursos financeiros provenientes de **eventos corporativos** pagos pelo **emissor** e ainda não repassados aos **agentes de custódia**;

- **garantia** depositada para a **câmara** – estrutura destinada a receber **ativos**, direitos e outros instrumentos depositados na **central depositária da B3**, para assegurar a certeza do cumprimento das obrigações dos **participantes** da **câmara**;
- **garantia** depositada em favor de **sistemas externos** – estrutura destinada a receber **ativos**, direitos e outros instrumentos depositados na **central depositária da B3**, para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelo **sistema externo**, conforme previsto em seus regulamentos;
- **ativos** em processo de **liquidação** de **operações** realizadas na B3 em sua atuação como **contraparte central** – estrutura destinada a receber **ativos** tendo por objetivo a extinção de direitos e obrigações assumidas em razão de negócios liquidados na B3, no âmbito de sua atuação como **contraparte central**;
- **ativos** em processo de **liquidação** de **operações** realizadas na B3 sem que haja sua atuação como **contraparte central** – estrutura destinada a receber **ativos** comprometidos para a extinção de direitos e obrigações assumidas em razão de negócios liquidados na B3 sem a utilização da **contraparte central**;
- **ativos** em processo de **liquidação** de **operações** realizadas nos ambientes administrados por **sistemas externos** – estrutura destinada a receber **ativos** tendo por objetivo a extinção de direitos e obrigações assumidas em razão de negócios liquidados por um **sistema externo**;
- bloqueio para atendimento de ofertas públicas - estrutura destinada à constituição de bloqueio para atendimento de ofertas públicas de aquisição de valores mobiliários e ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários;
- bloqueio de lastro de operações compromissadas – estrutura destinada à constituição de bloqueio de ativos que sirvam de lastro de operações compromissadas registradas nos ambientes de registro da B3;
- bloqueio vinculado a regras estabelecidas por **emissores** ou **comitentes** - estrutura destinada à constituição de bloqueio viabilizador da realização de procedimentos de restrição de movimentação por períodos determinados, como, por exemplo, restrições contratuais a transferência de valores mobiliários (*lock up*), dentre outros, a critério do **emissor** ou do **comitente**, desde que submetidos à avaliação prévia da **central depositária da B3**;
- restrição de **movimentação de ativos** para **contas de depósito** – estrutura destinada a receber ativos que possuam restrições de movimentação, a critério da **central depositária da B3**, em situações específicas de descumprimento de regras pelo **emissor**, **escriturador**, **fundidor**, **depositário de ouro**, **agente de custódia** ou **comitente**, para restringir **depósito de ativos**, **retirada de ativos**, **transferência de ativos** e movimentações relacionadas a **eventos corporativos**, considerando **ativos** e **comitentes** específicos;

- alienação fiduciária – estrutura destinada a receber **ativos** depositados na **central depositária da B3**, que tenham sido alienados fiduciariamente por meio de instrumento firmado entre **comitentes** e devidamente registrado nos sistemas da **central depositária da B3**;
- penhor – estrutura destinada a receber **ativos** depositados na **central depositária da B3** que tenham sido objeto de penhor, formalizado por meio de instrumento firmado entre os **comitentes** e devidamente registrado nos sistemas da **central depositária da B3**;
- usufruto – estrutura destinada a receber **ativos** que tenham sido dados em usufruto, formalizado por meio de instrumento devidamente registrado nos sistemas da **central depositária da B3**;
- cessão fiduciária – estrutura destinada a receber direitos creditórios relativos ao resultado positivo de **derivativos** que não utilizam a estrutura da **câmara** na qualidade de **contraparte central** e estejam registrados no **ambiente de registro**, que tenham sido cedidos fiduciariamente por meio de instrumento devidamente registrado nos sistemas da **central depositária da B3**;
- inalienabilidade – estrutura destinada a receber **ativos** na **central depositária da B3** que tenham sido objeto de inalienabilidade, formalizado por meio de instrumento firmado pelo **comitente** e devidamente registrado nos sistemas da **central depositária da B3**;
- impenhorabilidade – estrutura destinada a receber **ativos** na **central depositária da B3** que tenham sido objeto de impenhorabilidade, formalizado por meio de instrumento firmado pelo **comitente** e devidamente registrado nos sistemas da **central depositária da B3**;
- gravame universal – estrutura destinada a receber de forma universal **ativos** que tenham sido objeto de gravame constituído como alienação fiduciária, usufruto ou penhor, e formalizado por meio de instrumento devidamente registrado nos sistemas da **central depositária da B3**, que permite que o **comitente** devedor ou **comitente** credor, que assim tenham acordado, possa incluir ou excluir, a qualquer tempo, por duplo comando em sistema, **ativos** na **conta de depósito** de titularidade do **comitente** credor ou do **comitente** devedor e respectivas **carteiras** de alienação fiduciária, usufruto e penhor, sem necessidade de alterações ao instrumento contratual registrado nos sistemas da **central depositária da B3**; e
- reserva técnica – estrutura utilizada para manter **ativos** objeto de provisões técnicas, depositados pelos **participantes** para visibilidade e controle de autarquias competentes.

A **central depositária da B3** poderá, a seu exclusivo critério, e de acordo com a legislação vigente, desenvolver novos fluxos para o **registro** de constituição, retificação, alteração e extinção de ônus, gravame, **garantia** e bloqueio sobre os **ativos**, recursos financeiros provenientes de **eventos corporativos** e outros direitos e obrigações relativos a esses **ativos** mantidos em seu ambiente.

Para os casos de instruções sobre **ativos** que já possuem algum tipo de ônus, gravame, **garantia** ou bloqueio, a **central depositária da B3** adota as seguintes regras:

- **ativos e eventos corporativos** que tenham sido objeto de gravame de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações não são passíveis, de acordo com a legislação vigente, de constituição de ônus, gravame, **garantia** e bloqueio, cujo registro é instruído pelo **agente de custódia** do **comitente** ou do **emissor**;
- **ativos** depositados em **garantia** para a **câmara**, para o **sistema externo** ou em processo de **liquidação de operações em contraparte central** não se sujeitarão, de acordo com a legislação vigente, a qualquer constrição, determinada por autoridades judiciais ou administrativas competentes, ou a instruções de constituição de ônus, gravames e bloqueios pelo **agente de custódia**, **comitente** ou do **emissor** do **ativo**;
- **ativos** em processo de **liquidação de operações** executadas na B3 não são passíveis de constrição;
- **ativos** vinculados a bloqueios de ofertas públicas de aquisição e/ou distribuição de valores mobiliários, bloqueio para controle de regras estabelecidas por **emissores** ou **comitentes** e restrições de **movimentação de ativos**, são passíveis de constrição em caso de determinação de órgãos reguladores e das autoridades judiciais ou administrativas competentes; e
- **ativos** depositados na **central depositária da B3** como objeto de provisões técnicas não são passíveis de alienação ou constituição de ônus e gravame, podendo ser submetidos às restrições impostas por determinação de autoridade judicial ou administrativa competente, com prévia autorização da autarquia a qual o **comitente** está subordinado.

Para os casos em que possam atender diretamente às ordens de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações dos **ativos** de titularidade do **comitente** de sua responsabilidade, conforme determinação de autoridade judicial ou administrativa competente, os **agentes de custódia** podem consultar suas respectivas **posições** por meio de telas, arquivos e mensagens, e identificar os **ativos** passíveis de bloqueio. A constituição, retificação e alteração de gravame de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações é realizada pelo **agente de custódia** por meio da transferência da **posição** especificada na instrução para uma das **carteiras** criadas para atender a esse propósito específico de bloqueio, onde permanecem bloqueadas para movimentação.

Os **eventos corporativos** em recursos financeiros creditados durante o período em que o **ativo** estiver na **carteira** de bloqueio são repassados para o **agente de custódia** e cabe a ele determinar seu tratamento.

Qualquer questionamento a respeito da legalidade e origem das **operações** e exposições que demandaram o depósito de **garantias** ou o processo de **liquidação** relacionados ao **sistema externo** são de sua exclusiva responsabilidade.

Os **ativos** mantidos nas **carteiras** vinculadas aos gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, cessão fiduciária, inalienabilidade e impenhorabilidade, desde de que realizado o devido registro do respectivo instrumento e a movimentação dos **ativos** nos sistemas da **central depositária da B3**, são protegidos de acordo com a legislação vigente em relação a ordens de constrição determinadas por autoridades judiciais e administrativas quanto: (i) aos efeitos sobre os direitos reais dos comitentes envolvidos; e (ii) às instruções de bloqueio por parte do **agente de custódia**, **comitente** ou do **emissor** do **ativo**.

Cumpridas as obrigações que lhe são atribuídas na legislação vigente e nos normativos da B3, a **central depositária da B3** se exime de qualquer responsabilidade, perante seus **participantes** e terceiros, em razão do cumprimento de ordem ou decisão prolatada por órgão administrativo ou judicial com relação aos **ativos** nela depositados.

5.1.1. Indisponibilidade de bens, direitos e obrigações

A constituição, retificação e alteração de gravame de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações decorrente de ordem de constrição judicial ou de autoridades administrativas recebidas pelos **participantes**, ou diretamente pela **central depositária** da B3 em caráter de exceção, são realizadas por meio da transferência da **posição** especificada na instrução para uma das **carteiras** criadas para atender a esse propósito específico, mediante saldo disponível no momento da consulta, onde permanecerão bloqueadas para movimentação.

No momento da constituição do gravame de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações sobre os **ativos** depositados na **central depositária da B3**, caso os **ativos** tenham sido objeto de **operação** de venda e se encontrem em **ciclo de liquidação**, esses não serão objeto de bloqueio e será efetuada normalmente a **compensação** e a **liquidação** pela **câmara**.

A retificação, alteração ou extinção do gravame de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações pode ser solicitada exclusivamente por autoridades judiciais ou administrativas competentes. A efetivação da retificação, alteração ou extinção do gravame de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações caberá a quem promoveu a constituição do bloqueio desses bens, direitos e obrigações, seja o **agente de custódia** ou a **central depositária da B3**.

A extinção do gravame de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações pode ocorrer por ordem de liberação desse gravame ou por ordem de monetização de **ativos** e transferência para a autoridade competente. A extinção por ordem de liberação do gravame sobre **ativos** depositados na **central depositária da B3** implica retorno do saldo de **ativos** bloqueados para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente**.

5.1.2. Retenção de eventos corporativos do emissor

A retenção de **eventos corporativos** do **emissor** é determinada por autoridade judicial e administrativa competente e implica retenção dos recursos financeiros provenientes de **eventos corporativos** pagos pelo **emissor** à **central depositária da B3**, na condição de titular fiduciária dos **ativos**, e ainda não repassados aos **agentes de custódia**.

As solicitações provenientes de autoridades judiciais e administrativas competentes são avaliadas pela **central depositária da B3** que, conforme especificado na solicitação recebida, (i) constitui o gravame e retém os recursos financeiros provenientes de **eventos corporativos** pagos pelo **emissor** à **central depositária da B3**, na condição de titular fiduciária dos **ativos**, e ainda não repassados aos **agentes de custódia**, ou (ii) devolve os recursos financeiros ao **escriturador** para que este faça o controle da devida constituição do gravame e a retenção dos respectivos recursos financeiros.

A extinção do gravame é realizada a partir de instrução recebida de autoridades judiciais e administrativas competentes e implica liberação dos respectivos recursos financeiros e no seu posterior repasse aos **agentes de custódia** ou, conforme o caso, na devolução dos respectivos recursos financeiros ao **emissor**.

5.1.3. Garantias depositadas para a câmara B3

A constituição de **garantia** para a **câmara** é efetuada por instrução dos **agentes de custódia** à **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob responsabilidade do **agente de custódia**, por meio da **transferência de ativos** da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** de **garantia**. Os **ativos** transferidos permanecem bloqueados para a **câmara**.

A retificação ou alteração das **garantias** constituídas para a **câmara** não pode ser realizada, sendo necessário sua extinção e um novo pedido de constituição por solicitação do **agente de custódia**.

O pedido de extinção de **garantias** depositadas para a **câmara** é realizado pelo **agente de custódia**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade. A efetiva extinção ocorre por confirmação da **câmara** e implica retorno do saldo de **ativos** para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente**, conforme procedimentos previstos no regulamento e manual de procedimentos operacionais da **câmara**.

Adicionalmente, a retirada do saldo de **ativos** das **carteiras** de **garantia** pode ocorrer nas seguintes situações:

- em decorrência dos processos de execução de **garantias** e **liquidação** de **operações** passíveis de serem especificadas nessas **carteiras**, por meio de instruções proveniente da **câmara**, conforme previsto no regulamento e manual de procedimentos operacionais da **câmara**; e

- em decorrência da constituição do gravame de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações sobre os **ativos** depositados na **central depositária da B3**, referente ao valor da **garantia** excedente exigida pela **câmara**, por meio de instruções realizadas pela **central depositária da B3**. Os **participantes** responsáveis pelas obrigações da **garantia** podem adicionar informações para complementar a avaliação do saldo excedente de **ativos**, quando entenderem necessário, no momento da constituição do gravame.

5.1.4. Garantias depositadas em favor de sistemas externos

A constituição de **garantia** para **sistemas externos** é efetuada por instrução dos **agentes de custódia** à **central depositária da B3**, com base em solicitação do **comitente** sob responsabilidade do **agente de custódia**. Essa constituição de **garantia** é realizada por meio da **transferência de ativos** da carteira de livre movimentação para a carteira de **garantia** em favor do **sistema externo**, após a confirmação da movimentação pelo **sistema externo**. Os **ativos** transferidos permanecem bloqueados em favor do **sistema externo**.

O pedido de extinção de **garantias** depositadas em favor do **sistema externo** é realizado pelo **agente de custódia**, com base em solicitação do **comitente** sob sua responsabilidade. A efetiva extinção ocorre por confirmação do **sistema externo** e implica retorno do saldo de **ativos** para a carteira de livre movimentação do respectivo **comitente**.

Adicionalmente, a retirada do saldo de **ativos** da carteira de **garantias** depositadas em favor do **sistema externo** pode ocorrer nas seguintes situações:

- em decorrência do processo de execução de **garantias**, por meio de instruções de comando único, proveniente do próprio **sistema externo**. Para a execução de **garantias** depositadas em favor de **sistema externo** é necessário que essa indique uma **conta de depósito** de sua titularidade mantida sob responsabilidade de um **agente de custódia** ou a sua **conta de liquidação de ativos**; e
- em decorrência da constituição do gravame de indisponibilidade de bens, direitos e obrigações sobre os **ativos** depositados na **central depositária da B3**, referente ao valor da **garantia** excedente exigida pelo **sistema externo**, por meio de instruções realizadas pela **central depositária da B3**. Os **participantes** responsáveis pelas obrigações da **garantia** podem adicionar informações para complementar a avaliação do saldo excedente de **ativos**, quando entenderem necessário, no momento da constituição do gravame.

A execução de garantias, bem como eventuais ressarcimentos ao executado são de responsabilidade exclusiva do **sistema externo**.

5.1.5. Ativos em processo de liquidação de operações realizado na B3 em sua atuação como contraparte central

A constituição de gravames sobre **ativos** em processo de **liquidação de operações** realizado na B3 em sua atuação como **contraparte central** é efetuada por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária** ou dos sistemas da **câmara**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, com a respectiva **transferência de ativos** da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao gravame de **ativos** em processo de **liquidação de operações** realizado na B3 em sua atuação como **contraparte central**.

A retificação, alteração ou extinção do gravame sobre **ativos** em processo de **liquidação de operações** realizado na B3 em sua atuação como **contraparte central** ocorre por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária** ou dos sistemas da **câmara**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade. As solicitações são avaliadas pela **câmara** que, em caso de aprovação, autoriza a retificação, alteração ou extinção do gravame efetuado originalmente. A extinção é efetivada por meio da **transferência de ativos** das **carteiras** vinculadas ao gravame para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente**.

A extinção de gravame sobre **ativos** em processo de **liquidação de operações** realizado na B3 em sua atuação como **contraparte central** também ocorre com a extinção da obrigação assumida pelo **participante** perante a B3 atuando como **contraparte central**, com a consequente **entrega dos ativos** para a **liquidação** da obrigação.

Adicionalmente, a **câmara** mantém **conta de liquidação de ativos** utilizada para fins de **liquidação de operações** em que a **câmara** atua como **contraparte central**.

Tanto a **conta de liquidação de ativos** quanto as **carteiras** utilizadas para a constituição de gravame sobre **ativos** em processo de **liquidação de operações** da **contraparte central** estão protegidas pela legislação vigente, de forma que os **ativos** nela mantidos são impenhoráveis, e não poderão ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial, exceto para o cumprimento das obrigações assumidas pela própria **câmara**.

5.1.6. Ativos em processo de liquidação de operações realizadas nos ambientes administrados por um sistema externo em sua atuação como contraparte central

A constituição de gravames sobre **ativos** em processo de **liquidação de operações** realizado pelo **sistema externo** em sua atuação como contraparte central é efetuada por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária**, baseado em solicitação do **comitente** sob sua responsabilidade, com a respectiva **transferência de ativos** da **carteira** de livre movimentação para a **carteira** vinculada ao gravame de cobertura de venda de **ativos** em processo de **liquidação de operações** realizadas no **sistema**

externo.

A retificação, a alteração ou a extinção do gravame sobre cobertura de venda de **ativos** em processo de **liquidação de operações** realizadas no **sistema externo** em sua atuação como contraparte central ocorre por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária**, baseado em solicitação do **comitente** sob sua responsabilidade. As solicitações são avaliadas pelo **sistema externo** que, em caso de aprovação, autoriza a retificação, a alteração ou a extinção do gravame efetuado originalmente. A extinção é efetivada por meio da **transferência de ativos** da **carteira** vinculadas ao gravame para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente**.

A extinção de gravame sobre cobertura de venda de **ativos** em processo de **liquidação de operações** realizadas no **sistema externo** em sua atuação como **contraparte central** também ocorre com a movimentação do ativo para a **conta de liquidação de ativos** do **sistema externo**, por meio de comando único do **sistema externo**.

Adicionalmente, o **sistema externo** mantém **conta de liquidação de ativos** utilizada para fins de **liquidação de operações** em que essa atue como contraparte central.

5.1.7. Ativos em processo de liquidação sem contraparte central

A constituição do bloqueio sobre **ativos** em processo de **liquidação** sem **contraparte central** é efetuada por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária**, dos sistemas da **câmara** ou do **ambiente de registro**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, com a respectiva **transferência de ativos** da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao bloqueio de ativos em processo de **liquidação**.

A retificação, alteração ou extinção do bloqueio de **ativos** em processo de **liquidação** ocorre mediante solicitação dos **agentes de custódia**, baseado em instrução formal do **comitente** sob sua responsabilidade, diretamente à **central depositária da B3** ou por meio dos sistemas da **câmara** ou sistemas de **registro**. As solicitações são avaliadas pela **central depositária da B3**. A extinção é efetivada por meio da **transferência de ativos** das **carteiras** vinculadas ao bloqueio para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente**.

A extinção de bloqueio sobre **ativos** em processo de **liquidação de operações** sem **contraparte central** também ocorre com a extinção da obrigação assumida pelo **participante** perante a **câmara**, com a consequente **entrega** dos **ativos** para a **liquidação** da obrigação.

Adicionalmente, a **câmara** mantém **conta de liquidação de ativos** utilizada para fins de **liquidação de operações** em que a **câmara** não atua como **contraparte central**.

5.1.8. Bloqueio para atendimento de ofertas públicas de aquisição e distribuição

A constituição do bloqueio para atendimento de ofertas públicas de aquisição e distribuição ocorre de acordo com os seguintes procedimentos:

- Para ofertas públicas de aquisição (OPA) - a constituição do bloqueio é efetuada por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, com a respectiva **transferência de ativos** da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao bloqueio para atendimento de ofertas públicas, sendo condição necessária para a habilitação do respectivo comitente no leilão da OPA; ou
- Para ofertas públicas de distribuição - a constituição do bloqueio é efetuada por instrução formal dos **agentes de custódia** à **central depositária da B3** que analisa o pedido e, em caso de aprovação, efetua a transferência dos **ativos** para as **carteiras** vinculadas ao bloqueio para atendimento de ofertas públicas de distribuição, para atender o bloqueio do saldo que será distribuído.

A retificação, alteração ou extinção do bloqueio para atendimento de ofertas públicas de aquisição e distribuição ocorre por meio de solicitação dos **agentes de custódia**, diretamente nos sistemas da **central depositária** ou por meio de solicitação encaminhada para a análise da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade. As solicitações de retificação, alteração ou extinção do bloqueio aplicado sobre as **carteiras** destinadas ao processo de ofertas públicas de aquisição (OPA) são validadas junto aos **ambientes de negociação** da B3 com o intuito de verificar a existência de ofertas em nome do **comitente** para o qual a retificação, alteração ou extinção foi solicitada. A extinção é efetivada por meio da **transferência de ativos** das **carteiras** vinculadas ao bloqueio para atendimento de ofertas públicas para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente**.

Adicionalmente, o bloqueio pode ser cancelado ou extinto em decorrência de seu vencimento. O cancelamento do bloqueio para atendimento de ofertas públicas ocorre em decorrência do cancelamento da oferta pública de aquisição (OPA) ou da oferta pública de distribuição, com a respectiva **transferência de ativos** das **carteiras** vinculadas ao bloqueio para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente**. O vencimento está vinculado à **liquidação** da oferta e ocorre por meio de instruções provenientes dos **agentes de custódia** ou dos sistemas da **câmara** à **central depositária da B3**, com a efetiva **retirada de ativos** das **carteiras** vinculadas ao bloqueio para atendimento de ofertas públicas com a finalidade de concluir a **liquidação** da oferta.

Saldos remanescentes nas **carteiras** vinculadas ao bloqueio para atendimento de ofertas públicas, após a conclusão da liquidação de ofertas públicas de aquisição (OPA) e ofertas públicas de distribuição, são transferidos para a **carteira** de livre movimentação de seu respectivo **comitente**. No caso de ofertas públicas de distribuição mediante a emissão de novos **ativos** (ofertas primárias), os saldos remanescentes nas **carteiras** vinculadas ao bloqueio para atendimento de ofertas públicas são retirados do ambiente da **central**

depositária da B3 para o livro escritural do respectivo **emissor**.

5.1.9. Bloqueio de ativos mantidos como lastro de operações compromissadas

A constituição do bloqueio de **ativos** mantidos em **contas de depósito** na **central depositária da B3**, que sirvam de lastro de **operações compromissadas** registradas nos **ambientes de registro** da B3, é efetuada por instrução dos **agentes de custódia** à **central depositária da B3**, por meio dos sistemas do **ambiente de registro** da B3, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, com a respectiva **transferência de ativos** da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao bloqueio de **ativos** mantidos como lastro de **operações compromissadas**.

A extinção do bloqueio de **ativos** mantidos como lastro de **operações compromissadas** ocorre com a extinção da obrigação assumida pelo **comitente** vendedor perante os sistemas de registro da B3, mediante a **liquidação** da **operação compromissada** e consequente movimentação dos **ativos** mantidos como lastro das **operações compromissadas** para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente** vendedor.

Caso o **comitente** vendedor não cumpra suas obrigações assumidas na **operação compromissada** registrada nos **ambientes de registro** da B3, o **comitente** comprador deverá, por meio de seu **agente de custódia**, comunicar a B3 e informar uma conta de depósito para a qual os **ativos** mantidos como lastro das referidas operações serão movimentados. A referida instrução será executada mediante autorização do **agente de custódia** do **comitente** vendedor enviada à **central depositária da B3**.

A **conta** não individualizada sob a titularidade do **comitente** vendedor é destinada exclusivamente para a manutenção das **posições** de **ativos** que sejam lastro de **operações compromissadas**, sendo o saldo nela mantido segregado das demais **posições** próprias do **comitente** vendedor.

5.1.10. Bloqueio vinculado a regras estabelecidas por emissores ou comitentes

A constituição do bloqueio vinculado a regras estabelecidas por **emissores** ou **comitentes** é efetuada por instrução dos **agentes de custódia**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, por meio da **transferência de ativos** da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao bloqueio vinculado a regras estabelecidas por **emissores**. São **carteiras** essencialmente destinadas a viabilizar procedimentos de restrição de movimentação por períodos determinados (*lock up*), dentre outros, a critério do **emissor** ou do **comitente**, desde que submetidos à avaliação prévia da **central depositária da B3**.

A retificação, alteração ou extinção do bloqueio vinculado a regras estabelecidas por **emissores** ou **comitentes** ocorre por solicitação dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária**, baseado em solicitação formal dos **comitentes** sob sua responsabilidade. As solicitações são avaliadas pela

central depositária da B3 que solicita autorização expressa do **emissor** ou do **comitente**, conforme o caso, antes de proceder ou não com a retificação ou alteração do bloqueio originalmente constituído. A extinção é efetivada por meio da **transferência de ativos** das **carteiras** de controle de regras estabelecidas por **emissores** ou **comitentes** para a **carteira** de livre movimentação dos respectivos **comitentes**.

Adicionalmente, o bloqueio pode ser cancelado ou extinto em decorrência de seu vencimento. O cancelamento ocorre por meio de comunicação formal do **emissor** ou do **escriturador** por ele contratado, ou do **comitente** por intermédio de seu **agente de custódia**, conforme o caso, à **central depositária da B3**. A **central depositária da B3**, mediante autorização do **emissor** ou do **comitente**, conforme o caso, transfere o saldo mantido nas **carteiras** de controle de regras estabelecidas pelo **emissor ou comitentes** para a **carteira** livre do respectivo **comitente**. O vencimento ocorre de acordo com as regras estabelecidas pelo **emissor** ou **comitente**. A **central depositária da B3**, no dia do vencimento determinado pelo **emissor** ou **comitente**, conforme o caso, realiza a transferência do saldo mantido nas **carteiras** de controle de regras estabelecidas pelo **emissor** ou **comitente** para a **carteira** de livre movimentação dos respectivos **comitentes**.

5.1.11. Restrição de movimentação de ativos para contas de depósito

A **central depositária da B3** poderá, a seu critério, em situações específicas de descumprimento de regras pelo **emissor, escriturador, fundidor de ouro, depositário de ouro, agente de custódia** ou **comitente**, ou, ainda, em caso de submissão de **participante** ao regime de liquidação extrajudicial ou falência, restringir o **depósito de ativos**, a **retirada de ativos**, a **transferência de ativos** e as movimentações relacionadas a **eventos corporativos**. As restrições à movimentação de **ativos** nos sistemas da **central depositária** podem ser aplicadas para tipos de **ativos** e para **comitentes** específicos.

5.1.12. Alienação fiduciária

A solicitação de constituição de alienação fiduciária é efetuada por instrução dos **agentes de custódia** à **central depositária da B3**, baseando-se em solicitação formal dos **comitentes** sob sua responsabilidade.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a constituição do gravame de alienação fiduciária ocorre por meio do registro do instrumento constitutivo devidamente assinado pelas partes envolvidas e das informações exigidas, de acordo com a legislação aplicável, realizado por **agente de custódia** devidamente autorizado pelas partes e sob a exclusiva responsabilidade deste, nos sistemas da **central depositária da B3**.

O gravame de alienação fiduciária será considerado aperfeiçoado mediante a confirmação da movimentação dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao gravame de alienação fiduciária. No momento da solicitação do **registro** da constituição, o(s) agente(s) de

custódia autorizado(s) pelas partes deve(m) determinar a **conta de depósito** em que o saldo de **ativos** que está sendo alienado fiduciariamente deve permanecer durante a vigência da operação, podendo ser mantido na **conta de depósito** de titularidade do **comitente** credor ou do **comitente** devedor, a critério das partes e sob a responsabilidade exclusiva do(s) agente(s) de custódia autorizado(s) a efetuar a respectiva movimentação de ativos.

A retificação ou alteração do registro do gravame de alienação fiduciária ocorre por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob responsabilidade exclusiva de cada um dos **agentes de custódia**.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a retificação ou alteração do registro do gravame de alienação fiduciária ocorre por meio do registro dos respectivos termos aditivos, devidamente assinados pelas partes envolvidas, e das informações exigidas, pelo(s) **agente(s) de custódia** autorizado(s) pelas partes nos sistemas da **central depositária da B3**.

A retificação ou alteração do registro do gravame de alienação fiduciária serão consideradas aperfeiçoadas mediante a confirmação da movimentação dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao gravame de alienação fiduciária, a depender das instruções de retificação ou alteração.

A extinção ou cancelamento do registro do gravame de alienação fiduciária ocorre por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob responsabilidade exclusiva de cada um dos **agentes de custódia**. A extinção ou cancelamento do gravame é efetivado mediante o retorno do saldo constante nas **carteiras** de alienação fiduciária, sob a titularidade do **comitente** devedor ou **comitente** credor, conforme definido no instrumento de constituição para a **carteira** de livre movimentação do **comitente** devedor.

Na hipótese de vencimento antecipado das obrigações estabelecidas entre as partes, conforme definido no instrumento constitutivo do gravame de alienação fiduciária, os **agentes de custódia** deverão instruir, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, a extinção ou a execução do contrato de gravame.

No caso de expiração da data de vencimento informada pelos respectivos **agentes de custódia**, conforme definido pelas partes, no momento do registro do gravame de alienação fiduciária, os **agentes de custódia** responsáveis por sua constituição são informados pela **central depositária** e o registro do gravame permanece ativo até que ocorra sua extinção, execução ou alteração da data de vencimento, desde que instruído pelos **agentes de custódia**, baseado em solicitação formal das partes envolvidas no contrato.

5.1.13. Penhor

A solicitação de constituição de penhor é efetuada por instrução dos **agentes de custódia** à **central depositária da B3**, baseando-se em solicitação formal dos **comitentes** sob sua responsabilidade.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a constituição do gravame de penhor ocorre por meio do registro do instrumento constitutivo devidamente assinado pelas partes envolvidas e das informações exigidas, de acordo com a legislação aplicável, realizado por **agente de custódia** devidamente autorizado pelas partes e sob a exclusiva responsabilidade deste, nos sistemas da **central depositária da B3**.

O penhor será considerado aperfeiçoado mediante a confirmação da transferência dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao ônus ou gravame de penhor, mantidos necessariamente na **conta de depósito** sob a titularidade do **comitente** devedor.

A retificação ou alteração do registro do gravame de penhor ocorre por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob responsabilidade exclusiva de cada um dos **agentes de custódia**.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a retificação ou alteração do registro do gravame de penhor ocorre por meio do registro dos respectivos termos aditivos, devidamente assinados pelas partes envolvidas, e das informações exigidas, pelo(s) agente(s) de custódia autorizado(s) pelas partes nos sistemas da **central depositária da B3**.

A retificação ou alteração do registro do gravame de penhor serão consideradas aperfeiçoadas mediante a confirmação da movimentação dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao gravame de penhor, a depender das instruções de retificação ou alteração.

A extinção ou cancelamento do registro do gravame de penhor ocorre por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob responsabilidade exclusiva de cada um dos **agentes de custódia**. A extinção ou cancelamento do gravame são efetivados mediante o retorno do saldo constante nas **carteiras** de penhor para a **carteira** de livre movimentação do **comitente** devedor.

Na hipótese de vencimento antecipado das obrigações estabelecidas entre as partes, conforme definido no instrumento constitutivo do gravame de penhor, os **agentes de custódia** deverão instruir, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, a extinção ou a execução do contrato de gravame.

No caso de expiração da data de vencimento informada pelos respectivos **agentes de custódia**, conforme definido pelas partes, no momento do registro do gravame de penhor, os **agentes de custódia** responsáveis

por sua constituição são informados pela **central depositária** e o registro do gravame permanece ativo até que ocorra sua extinção, execução ou alteração da data de vencimento, desde que instruído pelos **agentes de custódia**, baseado em solicitação formal das partes envolvidas no contrato.

5.1.14. Usufruto

A solicitação de constituição de usufruto é efetuada por instrução dos **agentes de custódia** à **central depositária da B3**, baseando-se em solicitação formal dos **comitentes** sob sua responsabilidade.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a constituição de usufruto ocorre por meio do registro do instrumento constitutivo devidamente assinado pelas partes envolvidas e das informações exigidas, de acordo com a legislação aplicável, realizado por **agente de custódia** devidamente autorizado pelas partes e sob a exclusiva responsabilidade deste, diretamente nos sistemas da **central depositária da B3**.

O usufruto será considerado aperfeiçoado mediante a confirmação da transferência dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao gravame de usufruto, mantidos necessariamente na **conta de depósito** sob a titularidade do **comitente** nu proprietário com a cessão dos direitos econômicos ao **comitente** usufrutuário.

A retificação ou alteração do registro do gravame de usufruto ocorre por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob responsabilidade exclusiva de cada um dos **agentes de custódia**.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a retificação ou alteração do registro do gravame de usufruto ocorre por meio do registro dos respectivos termos aditivos, devidamente assinados pelas partes envolvidas, e das informações exigidas, pelo(s) agente(s) de custódia autorizado(s) pelas partes nos sistemas da **central depositária da B3**.

A retificação ou alteração do registro do gravame de usufruto serão consideradas aperfeiçoadas mediante a confirmação da movimentação dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao gravame de usufruto, a depender das instruções de retificação ou alteração.

A extinção ou cancelamento do registro do usufruto ocorre por instrução dos **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob responsabilidade exclusiva de cada um dos **agentes de custódia**. A extinção ou cancelamento do gravame é efetivado mediante o retorno do saldo constante nas **carteiras** de usufruto para a **carteira** de livre movimentação do **comitente** nu proprietário.

Usufrutos de ações que recaiam sobre os direitos de voto não poderão ser constituídos pelos sistemas de **central depositária**.

Na hipótese de vencimento antecipado das obrigações estabelecidas entre as partes, conforme definido no instrumento constitutivo do usufruto, os **agentes de custódia** deverão instruir, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, a extinção do contrato de usufruto.

No caso de expiração da data de vencimento informada pelos respectivos **agentes de custódia**, conforme definido pelas partes, no momento do registro do usufruto, os **agentes de custódia** responsáveis por sua constituição são informados pela **central depositária** e o registro do gravame permanece ativo até que ocorra sua extinção ou alteração da data de vencimento, desde que instruído pelos **agentes de custódia**, baseado em solicitação formal das partes envolvidas no contrato.

5.1.15. Cessão fiduciária

A solicitação de constituição de cessão fiduciária é efetuada por instrução dos **participantes de registro** à **central depositária da B3**, baseando-se em solicitação formal dos **comitentes** sob sua responsabilidade.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a constituição do gravame de cessão fiduciária ocorre por meio do registro do instrumento constitutivo devidamente assinado pelas partes envolvidas e das informações exigidas, de acordo com a legislação aplicável, diretamente nos sistemas da **central depositária da B3**.

O gravame de cessão fiduciária será considerado aperfeiçoado mediante a confirmação da aplicação do gravame sobre os direitos creditórios relativos ao resultado positivo dos **derivativos** registrados nos **ambientes de registro** administrados pela B3, que não envolvam sua atuação como **contraparte central**.

A retificação ou alteração do registro do gravame de cessão fiduciária ocorre por instrução de cada um dos respectivos **participantes de registro**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob responsabilidade exclusiva de cada um dos **participantes de registro**.

A extinção ou cancelamento são efetivados mediante o registro da liquidação do derivativo nos sistemas de registro administrados pela B3.

No caso de expiração da data de vencimento do **derivativo** registrado nos **ambientes de registro** administrados pela B3, que não envolvam sua atuação como **contraparte central**, o gravame de cessão fiduciária registrado sobre seus direitos creditórios relativos a um resultado positivo é extinto de maneira compulsória.

5.1.16. Inalienabilidade

A solicitação de constituição de inalienabilidade é efetuada por instrução do **agente de custódia** à **central**

depositária da B3, baseando-se em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a constituição do gravame de inalienabilidade ocorre por meio do registro do instrumento constitutivo devidamente assinado pelas partes envolvidas e das informações exigidas, de acordo com a legislação aplicável, realizado por **agente de custódia** devidamente autorizado pelas partes e sob a exclusiva responsabilidade deste, nos sistemas da **central depositária da B3**.

A inalienabilidade será considerada aperfeiçoada mediante a confirmação da transferência dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao ônus ou ao gravame de inalienabilidade, mantidas, necessariamente, na **conta de depósito** sob a titularidade do **comitente**.

A retificação ou alteração do registro do gravame de inalienabilidade ocorre por instrução do **agente de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseada em solicitação formal do **comitente**, sob responsabilidade exclusiva do **agente de custódia**.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a retificação ou alteração do registro do gravame de inalienabilidade ocorre por meio do registro dos respectivos termos aditivos, devidamente assinados pelas partes envolvidas, e das informações exigidas pelo(s) **agente(s) de custódia** autorizado(s) pelas partes, nos sistemas da **central depositária da B3**.

A retificação ou alteração do registro do gravame de inalienabilidade serão consideradas aperfeiçoadas mediante a confirmação da movimentação dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao gravame de inalienabilidade, a depender das instruções de retificação ou alteração.

A extinção ou cancelamento do registro do gravame de inalienabilidade ocorre por instrução do **agente de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente**, sob responsabilidade exclusiva do **agente de custódia**. A extinção ou cancelamento do gravame são efetivados mediante o retorno do saldo constante nas **carteiras** de inalienabilidade para a **carteira** de livre movimentação do **comitente**.

No caso de expiração da data de vencimento informada pelo **agente de custódia**, conforme definida pela parte, no momento do registro do gravame de inalienabilidade, o **agente de custódia** é informado pela **central depositária da B3** e o registro do gravame permanece ativo até que ocorra sua extinção, ou alteração da data de vencimento, por instrução do **agente de custódia**, baseado em solicitação formal da parte envolvida no contrato.

5.1.17. Impenhorabilidade

A solicitação de constituição de impenhorabilidade é efetuada por instrução do **agente de custódia** à **central depositária da B3**, baseando-se em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a constituição do gravame de impenhorabilidade ocorre por meio do registro do instrumento constitutivo devidamente assinado pelas partes envolvidas e das informações exigidas, de acordo com a legislação aplicável, realizado por **agente de custódia** devidamente autorizado pelas partes e sob a exclusiva responsabilidade deste, nos sistemas da **central depositária da B3**.

A impenhorabilidade será considerada aperfeiçoada mediante a confirmação da transferência dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao ônus ou ao gravame de impenhorabilidade, mantidas necessariamente na **conta de depósito** sob a titularidade do **comitente**.

A retificação ou alteração do registro do gravame de impenhorabilidade ocorre por instrução do **agente de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseada em solicitação formal do **comitente**, sob responsabilidade exclusiva do **agente de custódia**.

Para fins de publicidade e eficácia perante terceiros, a retificação ou alteração do registro do gravame de impenhorabilidade ocorre por meio do registro dos respectivos termos aditivos, devidamente assinados pelas partes envolvidas, e das informações exigidas pelo(s) **agente(s) de custódia** autorizado(s) pelas partes, nos sistemas da **central depositária da B3**.

A retificação ou alteração do registro do gravame de impenhorabilidade serão consideradas aperfeiçoadas mediante a confirmação da movimentação dos **ativos** envolvidos na operação, da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** vinculadas ao gravame de impenhorabilidade, a depender das instruções de retificação ou alteração.

A extinção ou cancelamento do registro do gravame de impenhorabilidade ocorre por instrução do **agente de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob responsabilidade exclusiva do **agente de custódia**. A extinção ou cancelamento do gravame são efetivados mediante o retorno do saldo constante nas **carteiras** de impenhorabilidade para a **carteira** de livre movimentação do **comitente**.

No caso de expiração da data de vencimento informada pelo **agente de custódia**, conforme definida pela parte, no momento do registro do gravame de impenhorabilidade, o **agente de custódia** é informado pela **central depositária da B3** e o registro do gravame permanece ativo até que ocorra sua extinção, ou alteração da data de vencimento, por instrução pelo **agente de custódia**, baseado em solicitação formal da parte

envolvida no contrato.

5.1.18. Gravame universal

A solicitação de constituição de gravame universal é realizada sob a forma de alienação fiduciária, usufruto e penhor e efetuada por instrução dos **agentes de custódia** à **central depositária da B3**, com base na solicitação formal dos **comitentes** sob sua responsabilidade.

As regras e procedimentos para o gravame universal seguem as mesmas disposições do tipo de gravame, seja de alienação fiduciária, penhor ou usufruto, conforme detalhados anteriormente, exceto para:

- possibilidade de realizar a inclusão ou exclusão de **ativos** nas respectivas **carteiras**, por solicitação formal dos **comitentes**, por duplo comando, sem necessidade de retificação e aditamento do instrumento contratual constitutivo do gravame pelo(s) **agente(s) de custódia**, de acordo com solicitação formal dos **comitentes**; e
- quando não houver **ativos** vinculados, a extinção ou cancelamento do gravame universal será efetivado somente após a instrução dos **agentes de custódia**.

5.1.19. Reserva técnica

A utilização da **carteira** de reserva técnica pelo **comitente** é efetuada por instrução do **agente de custódia** à **central depositária da B3**, por meio da **transferência de ativos** da **carteira** de livre movimentação para a **carteira** de reserva técnica da respectiva autarquia competente.

A autarquia responsável pelo controle e monitoramento da carteira de reserva técnica poderá, a seu critério, restringir as transferências solicitadas pelo **comitente**, condicionando-as à sua autorização. As instruções de transferência de **ativos** não confirmadas pela autarquia competente são automaticamente canceladas no término do dia.

5.2. *Procedimento de execução dos ativos mantidos em carteiras vinculadas a gravames de alienação fiduciária e penhor*

As solicitações de execução dos **ativos** mantidos nas **carteiras** vinculadas a gravames de alienação fiduciária ou penhor devem ser instruídas pelo **agente de custódia**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, diretamente nos sistemas da **central depositária**. Somente os **agentes de custódia** representantes do **comitente** credor podem solicitar a execução de **ativos** vinculados aos contratos de alienação fiduciária ou penhor.

Nos casos em que estiver prevista a indicação de um terceiro responsável pelo arbitramento da execução instruída pelo **agente de custódia** representante do **comitente** credor, a solicitação de execução somente terá efeito após o recebimento, pela B3, de parecer do terceiro indicado. O terceiro indicado deve encaminhar

o parecer para a **central depositária da B3** contendo a decisão em relação ao pedido de execução. O envio do parecer deve respeitar os prazos estabelecidos pela **central depositária da B3** na tabela de prazos e horários descrita neste manual de procedimentos operacionais, podendo a instrução ser cancelada por descumprimento do prazo.

A operacionalização da execução é efetivada mediante a transferência do saldo mantido nas **carteiras** vinculadas ao gravame de alienação fiduciária ou penhor para uma das **carteiras** de execução vinculadas ao gravame de alienação fiduciária ou penhor, conforme o caso, na **conta de depósito** sob a titularidade do **comitente** credor, na qual ocorrerá a efetiva execução e monetização do **ativo**, mediante ordem expressa do **comitente** credor ao seu intermediário responsável pela execução e ao seu **agente de custódia**.

Especificamente em relação ao gravame de penhor, o recebimento, pela **central depositária da B3**, de intimação emitida pela autoridade judicial competente cientificando-a que o **comitente** devedor se encontra em processo de falência impedirá a execução dos **ativos** gravados sem a autorização da autoridade judicial competente.

5.3. Procedimento de execução para o gravame de cessão fiduciária

As solicitações de execução vinculadas aos gravames de cessão fiduciária, aplicados sobre os direitos creditórios relativos ao resultado positivo de **derivativos** registrados nos **ambientes de registro** administrados pela B3, sem sua atuação como **contraparte central**, devem ser instruídas pelo **participante de registro**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, diretamente nos sistemas da **central depositária**. Somente os **participantes de registro** representantes do **comitente** cessionário podem solicitar a execução dos contratos de cessão fiduciária.

Nos casos em que estiver prevista a indicação de um terceiro responsável pelo arbitramento da execução instruída pelo **participante de registro** representante do **comitente** cessionário, a solicitação de execução somente será refletida nos registros dos sistemas da **central depositária** após o recebimento, pela B3, de parecer do terceiro indicado. O terceiro indicado deve encaminhar o parecer para a **central depositária da B3** contendo a decisão em relação ao pedido de execução. O envio do parecer deve respeitar os prazos estabelecidos pela **central depositária da B3** na tabela de prazos e horários descrita neste manual de procedimentos operacionais, podendo a instrução ser cancelada por descumprimento do prazo.

A execução é efetivada mediante a transferência, realizada diretamente entre as partes envolvidas no contrato de derivativo, fora dos ambientes administrados pela B3, dos direitos creditórios relativos ao resultado positivo de **derivativos** registrados no ambiente de registro administrado pela B3, sem sua atuação como contraparte central, com consequente registro da liquidação da posição do **derivativo** relacionado ao gravame de cessão fiduciária, nos **ambientes de registro** da B3.

5.4. Tratamento dos eventos corporativos relativos aos ativos mantidos em carteiras vinculadas a ônus, gravames e garantias

Os eventos corporativos, conforme definidos no Capítulo 6 no presente manual, relativos a ativos mantidos em **carteiras** vinculadas a ônus, gravames e garantias terão, conforme o caso, o tratamento abaixo indicado.

5.4.1. Eventos corporativos em recursos financeiros

Para **eventos corporativos** em recursos financeiros creditados durante o período em que o **ativo** esteve sujeito a ônus, gravame, **garantia** e bloqueio referente a:

- **garantia** a favor da **câmara**;
- **ativos** em processo de **liquidação** de **operações** da **contraparte central**;
- **ativos** em processo de **liquidação**;
- bloqueio para atendimento de ofertas públicas;
- bloqueio vinculado a regras estabelecidas por **emissores** ou **comitentes**;
- restrição de **movimentação de ativos** para contas de depósito,

os recursos são repassados para o **agente de custódia**, mediante o seu cálculo nas próprias **carteiras** vinculadas a ônus, gravame ou **garantia registrados** nos sistemas da **central depositária da B3**.

O **agente de custódia** será responsável por repassar os recursos financeiros ao **comitente**, conforme os procedimentos estabelecidos no presente manual, exceto para o **pagamento** de **eventos corporativos em recursos financeiros** incidentes sobre o saldo de **ativos** em **garantia** a favor da **câmara**, os quais serão creditados em favor da **câmara** e repassados conforme procedimento estabelecido no manual de administração de risco da **câmara** de **compensação e liquidação** da B3.

Adicionalmente, para os processos de ofertas públicas, a **central depositária da B3** pode adotar tratamento diferenciado para os **eventos corporativos** em recursos financeiros incidentes sobre os **ativos** mantidos nas **carteiras** vinculadas ao bloqueio para atendimento de ofertas públicas, conforme regras estabelecidas pelo **emissor** do **ativo** ou respectivo responsável pela parte ofertante.

5.4.1.1. Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre garantias depositadas em favor de sistemas externos e ativos em processo de liquidação de operações realizadas nos ambientes administrados por um sistema externo em sua atuação como contraparte central

Os recursos financeiros de **eventos corporativos** incidentes sobre **garantias** depositadas em favor de

sistemas externos e **ativos** em processo de **liquidação** de **operações** realizadas nos ambientes administrados por um **sistema externo**, em sua atuação como contraparte central, são provisionados na própria carteira na qual os referidos **ativos** se encontram depositados e, na data de seu pagamento, os recursos financeiros são repassados pela B3 ao **sistema externo**.

5.4.1.2. Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos ao gravame de indisponibilidade de bens

Os recursos financeiros provenientes de **eventos corporativos** de **ativos** sujeitos ao gravame de indisponibilidade de bens que estejam ou não sujeitos ao gravame de retenção de eventos corporativos do emissor são transferidos para a **carteira** de livre movimentação de seu respectivo **comitente**, no momento de sua atualização e serão repassados ao **agente de custódia** na data de seu **pagamento**, conforme procedimentos estabelecidos no presente manual de procedimentos operacionais.

Quando houver retenção de **eventos corporativos**, independentemente de quem promoveu a constituição da indisponibilidade dos bens, o **agente de custódia** deverá tratar os respectivos recursos financeiros conforme determinação judicial ou administrativa de indisponibilidade e de retenção de **eventos corporativos** do **emissor**, sob sua exclusiva responsabilidade, inclusive quando houver indicação de conta para depósito judicial.

Para os casos em que a **central depositária** da B3 promover a constituição de indisponibilidade de bens, as informações contidas nas determinações judiciais ou administrativas serão disponibilizadas ao **agente de custódia** para o adequado tratamento dos respectivos **recursos financeiros**.

5.4.1.3. Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos ao gravame de alienação fiduciária

O provisionamento dos **eventos corporativos** em recursos financeiros sobre o saldo de ativos mantidos nas **carteiras** de alienação fiduciária será realizado sob a titularidade do **comitente** devedor, mediante o cálculo nas próprias **carteiras** vinculadas ao gravame de alienação fiduciária, registrados nos sistemas da **central depositária da B3**, independentemente da disposição do saldo de **ativos** alienados fiduciariamente durante a vigência da operação, seja sob a titularidade do **comitente** credor ou do **comitente** devedor.

O efetivo repasse dos valores relativos aos **eventos corporativos** em recursos financeiros será realizado de acordo com o tratamento definido entre as partes envolvidas no instrumento de alienação fiduciária no momento da solicitação de seu registro, conforme as seguintes situações:

- Repasse de valores dos **eventos corporativos** em recursos financeiros para o **comitente** devedor – os **eventos corporativos** serão repassados ao **agente de custódia** representante do **comitente** devedor, na data de seu **pagamento**. O **agente de custódia** será responsável por repassar os recursos financeiros ao **comitente** devedor, conforme os procedimentos estabelecidos neste manual de procedimentos operacionais;

- Repasse dos **eventos corporativos** em recursos financeiros para o **comitente** credor – os **eventos corporativos** serão repassados ao **agente de custódia** representante do **comitente** credor, na data de seu **pagamento**. O **agente de custódia** será responsável por repassar os recursos financeiros ao **comitente** credor, conforme os procedimentos estabelecidos neste manual de procedimentos operacionais;
- Repasse para terceiro indicado pelas partes envolvidas no instrumento de constituição do gravame – os **eventos corporativos** serão repassados para o terceiro indicado, de acordo com os dados bancários informados na solicitação de registro do gravame. O terceiro indicado será responsável por administrar os referidos recursos financeiros enquanto estiver em vigor o gravame, realizando o devido tratamento nos casos de alteração, retificação, extinção, cancelamento ou execução do gravame, de acordo com as regras estabelecidas entre as partes integrantes do respectivo instrumento. Caso os recursos financeiros não possam ser repassados ao terceiro indicado no contrato por motivos de inconsistência dos dados bancários informados ou por recusa do terceiro referido, os recursos financeiros referentes ao **pagamento** dos **eventos corporativos** serão repassados pela **central depositária da B3** ao **comitente** devedor.

5.4.1.4. Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos ao gravame de penhor

O provisionamento dos **eventos corporativos** em recursos financeiros sobre o saldo de **ativos** mantidos nas **carteiras** de penhor será realizado sob a titularidade do **comitente** devedor, mediante o cálculo nas próprias **carteiras** vinculadas ao gravame de penhor, **registrado** nos sistemas da **central depositária da B3**.

O efetivo repasse dos **eventos corporativos** em recursos financeiros será realizado de acordo com o tratamento definido entre as partes envolvidas no instrumento de penhor no momento da solicitação do seu registro, conforme as seguintes situações:

- Repasse dos **eventos corporativos** em recursos financeiros para o **comitente** devedor – os **eventos corporativos** serão repassados ao **agente de custódia** representante do **comitente** devedor, na data de seu **pagamento**. O **agente de custódia** será responsável por repassar os recursos financeiros ao **comitente** devedor, conforme os procedimentos estabelecidos neste manual de procedimentos operacionais;
- Repasse dos **eventos corporativos** em recursos financeiros para o **comitente** credor – os **eventos corporativos** serão repassados ao **agente de custódia** representante do **comitente** credor, na data de seu **pagamento**. O **agente de custódia** será responsável por repassar os recursos financeiros ao **comitente** credor, conforme os procedimentos estabelecidos neste manual de procedimentos operacionais;
- Repasse para terceiro indicado pelas partes envolvidas no instrumento de constituição do gravame – os **eventos corporativos** serão repassados para o terceiro indicado, de acordo com os dados

bancários informados na solicitação de registro do gravame. O terceiro indicado será responsável por administrar os referidos recursos financeiros enquanto estiver em vigor o gravame, realizando o devido tratamento nos casos de alteração, retificação, extinção, cancelamento ou execução do gravame, de acordo com as regras estabelecidas entre as partes integrantes do respectivo instrumento. Caso os recursos financeiros não possam ser repassados ao terceiro indicado no contrato por motivos de inconsistência dos dados bancários informados ou por recusa do terceiro referido, os recursos financeiros referentes ao **pagamento dos eventos corporativos** serão repassados pela **central depositária da B3** ao **comitente** devedor.

5.4.1.5. Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos ao gravame de usufruto

O provisionamento dos **eventos corporativos** em recursos financeiros sobre o saldo de **ativos** mantidos nas **carteiras** de usufruto será realizado sob a titularidade do **comitente** nu proprietário, mediante o cálculo nas próprias **carteiras** vinculadas ao gravame de usufruto, **registrados** nos sistemas da **central depositária da B3**.

O efetivo repasse dos **eventos corporativos** em recursos financeiros será realizado ao **agente de custódia** representante do **comitente** usufrutuário, na data de seu **pagamento**. O **agente de custódia** será responsável por repassar os recursos financeiros ao **comitente** usufrutuário, conforme os procedimentos estabelecidos neste manual de procedimentos operacionais.

5.4.1.6. Eventos corporativos em recursos financeiros incidentes sobre os ativos sujeitos aos gravames de inalienabilidade ou impenhorabilidade

O provisionamento dos **eventos corporativos** em recursos financeiros sobre o saldo de **ativos** mantidos nas **carteiras** de inalienabilidade ou de impenhorabilidade será realizado sob a titularidade do próprio **comitente**, mediante o cálculo nas **carteiras** vinculadas ao gravame de inalienabilidade ou de impenhorabilidade, conforme o caso, registrado nos sistemas da **central depositária da B3**.

5.4.2. Eventos corporativos em ativos

Eventos corporativos em **ativos** que impliquem na alteração da quantidade ou substituição do saldo original de **ativos** resultarão na extinção de ônus, gravame, **garantia** ou bloqueio aplicados, conforme o caso, originalmente sobre esses **ativos**, com a consequente aplicação de um novo ônus, gravame, **garantia** ou bloqueio sobre os **ativos** resultantes do **evento corporativo**, respeitada a ordem já existente.

Eventos corporativos em **ativos** incidentes sobre o saldo de **ativos** objeto de **garantia** a favor da **câmara** que impliquem na alteração da quantidade ou substituição do saldo original de **ativos** são analisados pela **câmara**, no que diz respeito a eventual necessidade de aporte adicional de **garantias** e ao aceite dos **ativos** resultantes do **evento corporativo**, conforme regras estabelecidas pela **câmara**.

O crédito de **ativos** resultantes de **eventos corporativos** em **ativos** incidentes sobre o saldo de **ativos** sujeitos a bloqueio para atendimento de regras estabelecidas pelo **emissor** ou **comitente** é realizado de acordo com regras específicas estabelecidas pelo **emissor**.

As frações resultantes dos **eventos corporativos** em **ativos** incidentes sobre o saldo mantido nas **carteiras** vinculadas a ônus, gravames, **garantias** e bloqueios são automaticamente direcionadas para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente**.

5.4.2.1. Eventos corporativos em ativos incidentes sobre os ativos sujeitos aos gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade e impenhorabilidade

Eventos corporativos em **ativos** que impliquem na alteração da quantidade ou substituição do saldo original de **ativos** mantidos nas **carteiras** vinculadas aos gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade ou impenhorabilidade, resultarão na alteração compulsória do instrumento de gravame registrado originalmente nos sistemas da **central depositária da B3**, sem a necessidade do envio, por parte dos **agentes de custódia** representantes dos **comitentes** envolvidos no instrumento de constituição do gravame original, de termos aditivos a esse instrumento originalmente registrado nos sistemas da **central depositária da B3**.

A atualização do saldo de **ativos** ocorrerá nas próprias **carteiras** vinculadas ao gravame de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade ou impenhorabilidade, sob a titularidade do **comitente** em que o saldo for mantido ao longo da vigência do gravame, conforme definido pelas partes no momento da solicitação do registro do instrumento nos sistemas da **central depositária da B3**, e conforme procedimentos previstos no presente manual de procedimentos operacionais.

As frações resultantes dos **eventos corporativos** em **ativos** incidentes sobre o saldo mantido nas **carteiras** vinculadas aos gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade ou impenhorabilidade são automaticamente direcionadas para a **carteira** de livre movimentação do respectivo **comitente** em que o saldo for mantido ao longo da vigência do gravame, conforme definido pelas partes no momento da solicitação do registro do instrumento nos sistemas da **central depositária da B3**, e conforme procedimentos previstos no presente manual de procedimentos operacionais.

5.4.3. Eventos corporativos voluntários

O exercício dos **eventos corporativos** voluntários é facultado ao **comitente** titular dos **ativos** sujeitos aos ônus, gravames, **garantias** ou bloqueios constituídos nos sistemas da **central depositária da B3**, a quem caberá, ao realizar esse exercício, observar o quanto segue.

Nos casos em que se fizer necessária a **retirada de ativos** objeto de ônus, gravames, **garantias** ou bloqueio, o **comitente** deve instruir seu **agente de custódia** a solicitar a extinção do respectivo ônus, gravame, **garantia** ou bloqueio.

Em casos especiais a instrução do **agente de custódia** pode ser encaminhada à **central depositária** da B3 que, após a avaliação do pedido, providenciará o exercício do evento em nome do respectivo **comitente**.

5.4.3.1. Eventos corporativos voluntários incidentes sobre os ativos objeto de gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade e impenhorabilidade

O exercício dos **eventos corporativos** voluntários incidentes sobre os **ativos** objeto de gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade e impenhorabilidade é facultado ao **comitente** cujo saldo de **ativos** vinculados a registro de gravames na **central depositária da B3** for mantido ao longo da vigência do respectivo instrumento registrado nos sistemas da **central depositária da B3**.

Nos casos em que se fizer necessária a **retirada de ativos** objeto de gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade, impenhorabilidade e cessão fiduciária, os **comitentes** envolvidos no instrumento de constituição do gravame devem solicitar a extinção dos respectivos gravames e providenciar o exercício dos **eventos corporativos**, conforme o tratamento acordado diretamente entre as partes, respeitando a legislação em vigor e os procedimentos previstos no presente manual de procedimentos operacionais.

5.4.4. Direitos de subscrição

Os direitos de subscrição gerados a partir do saldo de **ativos** objeto de ônus, gravames, **garantia** ou bloqueio, nos casos de:

- indisponibilidade de bens;
- **garantia** a favor da **câmara**;
- atendimento de ofertas públicas; e
- bloqueio vinculado a regras estabelecidas por **emissores** ou **comitentes**,

são automaticamente transferidos para a **carteira** de livre movimentação de seu respectivo **comitente** titular, no momento de sua atualização nos sistemas da **central depositária da B3**.

Os direitos de subscrição gerados a partir do saldo de **ativos** objeto de ônus, gravames, **garantia** ou bloqueio, nos casos de:

- **ativos** em processo de liquidação de operações da contraparte central;

- **ativos** em processo de liquidação;
- **garantias** depositadas em favor de **sistemas externos**; e
- **ativos** em processo de **liquidação de operações** realizadas nos ambientes administrados por um **sistema externo** em sua atuação como contraparte central,

são mantidos na **carteira** em que foram originados, sob a titularidade do respectivo **comitente**, no momento de sua atualização nos sistemas da **central depositária da B3**.

O exercício dos direitos de subscrição segue os atuais procedimentos estabelecidos no presente manual de procedimentos operacionais. Os **ativos** subscritos são creditados na **carteira** de livre movimentação de seu respectivo **comitente**.

Para os gravames de indisponibilidade de bens, decorrentes de ordens de constrição judicial ou administrativa competente, os **ativos** subscritos podem ser passíveis de bloqueio se assim determinado na solicitação proveniente dos órgãos reguladores, autoridades judiciais e administrativas competentes.

5.4.4.1. Direitos de subscrição gerados a partir dos **ativos** objeto de gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade e impenhorabilidade

O tratamento dos direitos de subscrição gerados a partir do saldo de **ativos** mantidos nas **carteiras** de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade e impenhorabilidade será realizado de acordo com o definido entre as partes envolvidas na constituição dos gravames, no momento da solicitação do seu registro, conforme as seguintes situações:

- Transferência dos direitos para o **comitente** devedor / nu proprietário – os direitos são transferidos para a **carteira** de livre movimentação do **comitente** devedor / nu proprietário, no momento imediatamente posterior a sua atualização nos sistemas da **central depositária da B3**.
- Transferência dos direitos para o **comitente** credor / usufrutuário – os direitos são transferidos para a **carteira** de livre movimentação do **comitente** credor / usufrutuário, no momento imediatamente posterior a sua atualização nos sistemas da **central depositária da B3**.

O exercício dos direitos de subscrição segue os procedimentos estabelecidos no presente manual de procedimentos operacionais. Os **ativos** subscritos são creditados na **carteira** de livre movimentação de seu respectivo **comitente**.

5.5. *Controle Gerencial do Agente de Custódia*

A **central depositária da B3** oferece estrutura destinada à restrição de movimentação de **ativos** para controle gerencial do **agente de custódia**, o qual detém controle exclusivo, inclusive em relação às instruções de movimentação de saldo envolvendo essa estrutura, cabendo ao **agente de custódia** toda a responsabilidade pelo controle e manutenção da restrição de **movimentação** para seu controle gerencial.

Para os casos de instruções sobre **ativos** que tenham sua movimentação restringida em decorrência de um controle gerencial efetuado pelo **agente de custódia**, a **central depositária da B3** deverá realizar a constrição em caso de determinação de órgãos reguladores, das autoridades judiciais ou administrativas competentes à B3.

A efetivação da restrição de movimentação em decorrência do controle gerencial dos **agentes de custódia** é realizada por instrução dos próprios **agentes de custódia**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, baseado em solicitação formal do **comitente** sob sua responsabilidade, com a respectiva **transferência de ativos** da **carteira** de livre movimentação para uma das **carteiras** de controle gerencial dos **agentes de custódia**. Os **ativos** mantidos nas **carteiras** de controle gerencial dos agentes de custódia possuem uma indicação de que estão restritas para movimentação, cabendo exclusivamente ao **agente de custódia** a responsabilidade pelo controle e manutenção dessa restrição, incluindo a manutenção de toda a documentação que a suporta.

Para **eventos corporativos** em recursos financeiros creditados durante o período em que o **ativo** esteve na **carteira** de controle gerencial do **agente de custódia**, os recursos são repassados para o **agente de custódia**, mediante o seu cálculo nas próprias **carteiras** de controle gerencial do **agente de custódia**, considerando a titularidade da **conta de depósito** do **comitente** detentor do referido ativo. O **agente de custódia** será responsável por repassar os recursos financeiros ao **comitente**, conforme os procedimentos estabelecidos no presente manual.

Os direitos de subscrição gerados a partir do saldo de **ativos** vinculados a **carteira** de controle gerencial do **agente de custódia**, são automaticamente transferidos para a **carteira** de livre movimentação de seu respectivo **comitente** titular, no momento de sua atualização nos sistemas da **central depositária da B3**. O exercício dos direitos de subscrição segue os atuais procedimentos estabelecidos no presente manual de procedimentos operacionais. Os **ativos** subscritos são creditados na **carteira** de livre movimentação de seu respectivo **comitente**.

5.6. *Informações*

A **central depositária da B3** disponibiliza informações para o **emissor**, ou para o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, para o **agente de custódia**, para o **comitente** e, conforme o caso, para o

participante de registro ou para terceiros, em relação aos **ativos** mantidos em **contas de depósito e carteiras** vinculadas a algum tipo de ônus, gravame, **garantia** ou bloqueio.

A **central depositária da B3** pode emitir certidões em favor dos **comitentes** titulares de **ativos** que tenham sido objeto de constituição de ônus, gravame, **garantia** ou bloqueio em seu ambiente. As solicitações devem ser realizadas pelos **agentes de custódia** ou pelo **participante de registro**, quando aplicável, por meio de instrução formal à **central depositária da B3**, mediante ordem do respectivo **comitente**. A **central depositária** avalia o pedido e, em caso de aprovação, emite certidão escrita a ser enviada ao **agente de custódia** solicitante ou ao **participante de registro**, conforme o caso.

Adicionalmente, a **central depositária** pode emitir certidões mediante solicitação de órgãos reguladores ou autoridades judiciais.

Em vista do regime legal de publicidade a que se sujeitam os gravames de alienação fiduciária, penhor, usufruto, inalienabilidade, impenhorabilidade e cessão fiduciária, a **central depositária da B3** fornecerá certidões informando sobre a situação de ativos gravados com algum desses ônus a terceiros que, identificando-se previamente, o solicitarem formalmente, observada a legislação aplicável.

5.6.1. Informações para o emissor ou escriturador por ele contratado, conforme o caso

A comunicação, pela **central depositária da B3** ao **emissor** ou ao **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, do **registro** da constituição, retificação, alteração e extinção de ônus, gravames, **garantia** e bloqueios sobre os **ativos** nela depositados, ocorre por meio dos arquivos gerados e enviados diariamente.

O **emissor**, ou **escriturador** por ele contratado, que não apresente uma estrutura que permita a troca de arquivos eletrônicos, pode, a qualquer momento, solicitar à **central depositária da B3**, o envio das informações referentes aos ônus, gravames, **garantias** e bloqueios aplicados sobre os **ativos** do **emissor**.

As solicitações devem ser enviadas em meio físico, devidamente identificadas e endereçadas à **central depositária da B3**, que analisará os pedidos e, caso não haja inconsistências, procederá com a geração e envio das informações ao **emissor** ou **escriturador** solicitante.

5.6.2. Informações para os agentes de custódia

Os **agentes de custódia** podem acessar essa informação diretamente nos sistemas da **central depositária**, por meio de arquivos e relatórios.

A comunicação, pela **central depositária da B3**, ao **agente de custódia**, do **registro** da constituição de gravames sobre os **ativos** decorrentes de constrição judicial ou administrativa, bem como sua extinção, ocorre por meio de notificação escrita.

5.6.3. Informação para o comitente

O saldo de **ativos** mantido nas **contas de depósito** da **central depositária da B3** vinculados a algum tipo de ônus, gravame, **garantia** ou bloqueio, é informado de maneira segregada, por meio de identificação específica no extrato da B3. A mesma informação também está disponível por meio da área logada do investidor no endereço eletrônico da B3.

6. TRATAMENTO DOS EVENTOS CORPORATIVOS

A **central depositária da B3** realiza o tratamento de **eventos corporativos** em recursos financeiros, **eventos corporativos** em **ativos** e **eventos corporativos voluntários**. Os **ativos** mantidos em contas específicas da **câmara** ou do **sistema externo** têm o mesmo tratamento de **eventos corporativos** dos **ativos** mantidos nas **contas de depósito** dos **comitentes**, sendo que a **câmara** ou a o **sistema externo** é considerado titular dos **ativos**.

O **evento corporativo** ocorre por deliberação do **emissor** ou devido a fluxos de **pagamento** previamente estabelecidos.

O tratamento de um **evento corporativo** deliberado ou previamente estabelecido compreende, a depender de sua natureza, as seguintes etapas, a serem operacionalizadas pela **central depositária da B3**:

1. seleção e registro da base de **comitentes** com direito a receber o **evento corporativo**, com o cálculo das **posições** de **eventos corporativos** relativas aos **ativos** objetos, processo este chamado de atualização.
2. conciliação dos cálculos com o **emissor**, ou com o **escriturador** por ele contratado, no caso de **eventos corporativos** em recursos financeiros.
3. ajustes de cálculo de acordo com as instruções do **emissor**, ou com o **escriturador** por ele contratado, no caso de **eventos corporativos** em recursos financeiros.
4. controle do exercício de **eventos corporativos voluntários**.
5. recebimento de recursos financeiros ou **ativos** do **emissor** e **repasse** ao **agente de custódia**, ou recebimento de recursos financeiros ou **ativos** dos **agentes de custódia** e **repasse** ao **emissor**, conforme o caso.

O cumprimento, por parte da **central depositária da B3**, das atividades relativas ao tratamento dos **eventos corporativos** inerentes aos **ativos** nela depositados está condicionado ao recebimento de informações divulgadas pelo **emissor**, observadas as condições e prazos estabelecidos pela **central depositária da B3**.

Os itens a seguir descrevem o tratamento de **eventos corporativos** levando em **conta** as etapas apresentadas e o seu tratamento de acordo com o tipo do **evento corporativo**, podendo este ser **evento corporativo** em recursos financeiros, **evento corporativo** em **ativos** ou **evento corporativo voluntário**.

6.1. *Eventos corporativos em recursos financeiros*

São considerados **eventos corporativos** em recursos financeiros as deliberações do **emissor** relativas aos **ativos** por ele emitidos que resultam em **pagamento** em recursos financeiros ao **comitente** titular do **ativo**. São exemplos de **eventos corporativos** em recursos financeiros: dividendos, juros sobre capital próprio, rendimentos, bonificações em recursos financeiros, restituição de capital, juros, resgates, amortizações e outros.

O tratamento dos **eventos corporativos** em recursos financeiros percorre as seguintes etapas:

1. atualização: seleção e **registro** da base de **comitentes** com direito a receber o **evento corporativo**, com o cálculo das **posições** de **eventos corporativos** relativas aos **ativos** objetos;
2. conciliação: conciliação dos cálculos com o **emissor**, ou com o **escriturador** por ele contratado;
3. manutenção de **eventos corporativos** provisionados: ajustes de cálculo de acordo com as instruções do **emissor**, ou com o **escriturador** por ele contratado, no caso de **eventos corporativos** em recursos financeiros;
4. transferências de **eventos corporativos** provisionados, no caso de **eventos corporativos** em recursos financeiros; e
5. **pagamento**: recebimento de recursos financeiros do **emissor** e repasse ao **agente de custódia**.

6.1.1. Atualização

O processo de atualização consiste na:

1. seleção da base de **comitentes** com direito a receber o **evento corporativo**;
2. cálculo das **posições** de **eventos corporativos** relativas aos **ativos** objeto, com base nas informações dos **eventos corporativos** divulgadas pelo **emissor** e nas informações do **comitente** cadastradas pelos **agentes de custódia**;
3. atualização dos saldos do **ativo** objeto;
4. provisionamento das **posições** de **eventos corporativos** na **conta de depósito** do **comitente**;
5. encaminhamento de informações para o **emissor**, ou **escriturador** por ele contratado, e para o **agente de custódia**.

6.1.1.1. *Seleção da base de comitentes*

A seleção da base de **comitentes** que possuem direito a receber o **evento corporativo** em recursos financeiros é determinada pela data da **liquidação** das **operações** do **ativo** ocorridas no último dia de negociação do **ativo** com direito a receber o **evento corporativo** em recursos financeiros, conforme

informação divulgada pelo **emissor**.

Dessa forma, a **central depositária da B3** aguarda a finalização do **ciclo de liquidação** do **ativo** negociado no último dia de negociação do **ativo** com direito a receber o **evento corporativo** em recursos financeiros e, no processamento noturno, realiza a seleção da base de **comitentes** que possuem direito a receber o **evento corporativo** em recursos financeiros.

Exemplo 1:

Saldo Inicial:
1.000 ações de BRXPTOACNOR2 100
Evento:
Dividendo de R\$ 1,00/ação
Produto:
1.000 ações de BRXPTOACNOR2 101 e
R\$ 1.000,00
Imposto de Renda: Isento

Exemplo 2:

Saldo Inicial:
1.000 ações de BRXPTOACNOR2 100
Evento:
Rendimento de R\$ 1,00/ação
Produto:
1.000 ações de BRXPTOACNOR2 101 e
R\$ 1.000,00
Imposto de Renda:
Em linhas gerais aplica-se a alíquota regressiva e as exceções são avaliadas pelo responsável tributário.

6.1.1.2. Cálculo das posições de eventos corporativos

O cálculo das **posições** de **eventos corporativos** em recursos financeiros é realizado:

- sobre a base de **comitentes** com direito a receber o **evento corporativo** em recursos financeiros;
- de acordo com as informações dos **eventos corporativos** divulgadas pelo **emissor**; e
- baseado nas informações dos **comitentes** cadastradas pelos **agentes de custódia**.

Para a realização do cálculo dos direitos e obrigações relativos aos **eventos corporativos** divulgados pelo **emissor**, a **central depositária da B3** considera o saldo de **ativos** depositados individualmente em cada **carteira** de cada uma das **contas de depósito** do **comitente**. Dessa forma, o saldo de **ativos** considerado para fins de cálculo de **eventos corporativos** é aquele que se encontra registrado individualmente em cada **carteira**, em cada uma das **contas de depósito**, ao final do **ciclo de liquidação** do **ativo**.

O **comitente** que desejar ter o cálculo do **evento corporativo** em recursos financeiros efetuado sobre o seu

saldo total de **ativos** deve, necessariamente, agrupá-los em uma única **carteira** de uma mesma **conta de depósito**, até o último dia em que o **ativo** for negociado com direito ao **evento corporativo** nos **ambientes de negociação**.

No caso de **eventos corporativos** em recursos financeiros, nos quais o recolhimento do imposto de renda incidente é realizado diretamente pelo **emissor**, a **central depositária da B3** realiza o cálculo de imposto de renda dos **eventos corporativos** com base nas informações cadastrais do **comitente** fornecidas e atualizadas pelos **agentes de custódia** e com base nas informações de alíquotas, tipo de evento, tipo de investidor e país de residência fornecidas e atualizadas pelo **emissor** ou **escriturador** por ele contratado, conforme o caso.

O **comitente** que possuir condição fiscal diferenciada, como isenção ou imunidade, previstas na legislação tributária vigente, deve, necessariamente, encaminhar ao **emissor** dos **ativos**, ou **escriturador** por ele contratado, a documentação comprobatória da condição fiscal. O **emissor** dos **ativos**, ou **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, deve fornecer e atualizar nos sistemas da **central depositária da B3** a condição fiscal diferenciada do **comitente**.

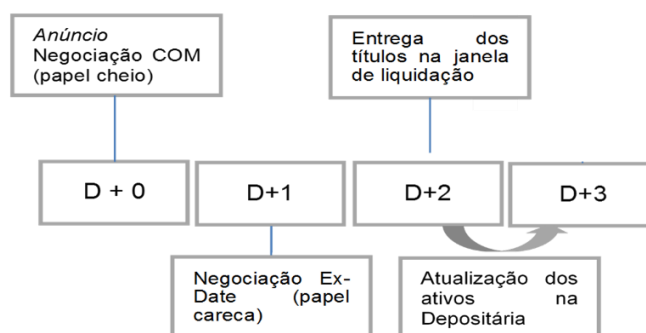
O cálculo das **posições** de **eventos corporativos** em recursos financeiros, tanto do **valor bruto**, quanto do imposto de renda, quando for o caso, são realizados em caráter provisório e necessitam da confirmação do **emissor**, na condição de responsável pelo **pagamento** e responsável tributário, quando for o caso, ou do **escriturador** por ele contratado, sendo passíveis de alteração por instrução do mesmo.

6.1.1.3. Atualização dos saldos do ativo objeto

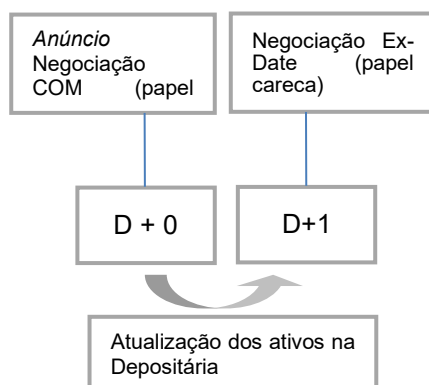
O **ativo** com direito a receber o **evento corporativo** é denominado **ativo “COM”** e o **ativo** sem direito a receber o **evento corporativo** é denominado **ativo “EX”**.

A **central depositária da B3** debita o **ativo “COM”** da **conta de depósito** do **comitente** e, conforme o caso, credita o **ativo “EX”** na **conta de depósito** do **comitente**.

Renda Variável: Interação do ciclo de liquidação D+2 com a atualização dos saldos na depositária



Renda Fixa: Interação do ciclo de liquidação D+0 com a data de atualização dos saldos na depositária



6.1.1.4. Provisionamento das posições de eventos corporativos

O resultado do cálculo das **posições** de **eventos corporativos** em recursos financeiros é registrado como **posição** provisionada na **conta de depósito** do **comitente** até a data de seu **pagamento**.

6.1.1.5. Encaminhamento de informações

O resultado do cálculo e as **posições** de **eventos corporativos** em recursos financeiros são encaminhados aos **emissores**, ou aos **escrituradores** por eles contratados, conforme o caso, e aos **agentes de custódia** para que possam realizar a conciliação das informações em relação aos **registros** mantidos em seus ambientes.

6.1.2. Conciliação

O **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, recebe o resultado do cálculo e as **posições** de **eventos corporativos** em recursos financeiros geradas pela **central depositária da B3** e realiza a verificação e conciliação com as informações produzidas em seus ambientes.

Nessa conciliação o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, verifica se os cálculos dos valores brutos gerados pela **central depositária da B3** estão corretos e se as alíquotas tributárias aplicadas estão de acordo com o perfil tributário do **comitente**, informação esta fornecida e de responsabilidade do **agente de custódia**.

Caso haja algum tipo de ajuste a ser realizado, o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, informa a **central depositária da B3** para que realize as devidas manutenções.

Ao término da conciliação, o **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, confirma para a **central depositária da B3** os valores brutos e de imposto de renda, tornando-se definitiva a **posição** de **evento corporativo** em recursos financeiros do **comitente**.

6.1.3. Manutenção de eventos corporativos provisionados

As manutenções de **eventos corporativos** em recursos financeiros provisionados são realizadas na **central depositária da B3** por instrução do **emissor**.

Quando o **emissor** contratar o serviço de um **escriturador**, as manutenções serão efetuadas por meio dos sistemas da **central depositária**, pelo próprio **escriturador**.

As manutenções realizadas podem ser:

- acerto de alíquota tributária e recálculo de imposto de renda; e
- exclusão do provisionamento do **comitente** do ambiente da **central depositária da B3** para realização de **pagamento** diretamente do **emissor** ao **comitente**, somente para os casos de **eventos corporativos** incidentes sobre **ativos** livres e desembaraçados de qualquer ônus, gravame ou **garantia**.

O **emissor**, ou o **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, e o **agente de custódia** do **comitente** podem consultar a informação da realização da manutenção por meio de telas, arquivos e **mensagens**. No caso das exclusões, a **central depositária da B3** comunica diretamente ao **agente de custódia**.

6.1.4. Transferências de eventos corporativos provisionados

As transferências de **eventos corporativos** em recursos financeiros são realizadas nas seguintes situações:

- transferências de **eventos corporativos** sem troca de titularidade: o **agente de custódia** pode executar as transferências formalmente por meio dos sistemas da **central depositária da B3**; e
- transferências de **eventos corporativos** com troca de titularidade: o **agente de custódia** pode solicitar formalmente, ou por meio de sistemas, as transferências, que estarão sujeitas às regras definidas pelo **emissor** e condicionadas à aprovação do **emissor** e, conforme o caso, do **escriturador** por ele contratado.

Cabe ao **agente de custódia** avaliar e guardar a documentação necessária para justificar a transferência de **eventos corporativos** em recursos financeiros com troca de titularidade e fornecer esta documentação à BSM, à B3 e ao **emissor**, ou ao **escriturador** por ele contratado, sempre que solicitado.

A B3 realizará um novo cálculo em decorrência das **posições** de **eventos corporativos** em recursos financeiros transferidos, tanto do **valor bruto**, quanto do imposto de renda, quando realizados em caráter provisório e necessitarem da confirmação do **emissor**, na condição de responsável pelo **pagamento** e

responsável tributário, ou do **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, sendo passíveis de alteração por instrução do mesmo. Cabe ao **emissor**, ou ao **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, manter os registros e histórico dos dados após a confirmação das informações.

6.1.5. Pagamento

O **emissor** ou conforme o caso, o **escriturador** por ele contratado, deve informar à **central depositária da B3**, até 1 (um) dia útil antes do dia do **pagamento do evento corporativo** em recursos financeiros, um ou mais **liquidantes** pelo qual o **pagamento do evento corporativo** será realizado. Para casos em que o **emissor** contratar um **escriturador**, as confirmações serão efetuadas por meio dos sistemas da **central depositária**, pelo próprio **escriturador**. Cada um dos **liquidantes** do **emissor** receberá, no dia do **pagamento**, da **central depositária da B3**, uma **mensagem** específica (LDL0007) para essa finalidade, e instruirá a transferência dos recursos financeiros para a **conta de liquidação da câmara**.

O **emissor** ou conforme o caso, o **escriturador** por ele contratado, deve disponibilizar, na **conta de liquidação da câmara**, os recursos financeiros relativos aos **eventos corporativos**, no dia do **pagamento**, até horário estabelecido pela **central depositária da B3**. Essa disponibilização deverá ser efetuada pelo banco do **emissor** por meio de **mensagem** específica (LDL0008) para esta finalidade.

Os recursos financeiros creditados na **conta de liquidação da câmara** somente configuram **pagamento** efetivado após o recebimento da confirmação do BCB, via **mensagem** específica (LDL0008R2) para essa finalidade.

Somente após o recebimento dos recursos financeiros, por parte do banco do **emissor**, na **conta de liquidação da câmara**, a **central depositária da B3** os repassa diretamente aos **liquidantes dos agentes de custódia**, que foram por eles indicados no **cadastro** mantido junto à **central depositária da B3**, por meio de **mensagem** específica (LDL0009) para esta finalidade. Caso o **agente de custódia** queira receber os recursos financeiros por meio de outro **liquidante**, ele deve solicitar à **central depositária da B3** a alteração do **cadastro** até o dia útil anterior ao dia do **pagamento do evento corporativo** em recursos financeiros.

Os recursos financeiros debitados na **conta de liquidação da câmara** somente configuram **pagamento** efetivado ao **liquidante do agente de custódia**, após o recebimento da confirmação do BCB, via **mensagem** específica (LDL0009R1) para essa finalidade.

A forma de **pagamento** a ser utilizada pelos **agentes de custódia** para o repasse desses recursos financeiros aos **comitentes** está condicionada à opção previamente acordada entre as partes, não tendo a **central depositária da B3** qualquer responsabilidade nessa relação.

A forma de **pagamento** a ser utilizada pelo **emissor** ao efetuar o **pagamento** diretamente ao **comitente**,

quando for o caso, está condicionada à opção previamente acordada entre as partes, não tendo a **central depositária da B3** qualquer responsabilidade nessa relação.

O **pagamento** dos recursos financeiros provenientes de **eventos corporativos** está sujeito à norma tributária vigente. A avaliação da condição fiscal do **comitente**, recolhimento e envio de informes é de responsabilidade exclusiva do responsável tributário, sendo aceita pela **central depositária da B3**.

O **pagamento** proveniente de **eventos corporativos** em recursos financeiros, incidentes sobre o saldo de **ativos** depositados em **garantia** para a **câmara** serão creditados para a **câmara** nos termos do Manual de Administração de Risco da Câmara de Compensação e Liquidação da B3.

A **central depositária da B3** pode estornar um **evento corporativo** em recursos financeiros em fase de **pagamento**, mediante instrução do **emissor**, por determinação judicial ou para ajustes operacionais.

6.2. *Eventos corporativos em ativos*

São considerados **eventos corporativos em ativos** as deliberações do **emissor** relativas aos **ativos** por ele emitidos que resultem em crédito de novos **ativos**, de mesmo tipo, espécie ou classe, ou de tipo, espécie ou classe diferente, ao **comitente** titular do **ativo**. São exemplos de **eventos corporativos em ativos**: bonificações em **ativos**, fusões, cisões, incorporações, incorporações de ações, grupamentos, desdobramentos e outros.

O tratamento dos **eventos corporativos em ativos** percorre as seguintes etapas:

1. atualização: seleção e **registro** da base de **comitentes** com direito a receber o **evento corporativo**, com o cálculo das **posições de evento corporativo** relativas aos **ativos** objetos; e
2. pagamento: crédito dos **ativos** nas **contas de depósito** dos **comitentes** titulares.

6.2.1. Atualização

O processo de atualização consiste na:

1. seleção da base de **comitentes** com direito a receber o **evento corporativo**;
2. cálculo das **posições de eventos corporativos** relativas aos **ativos** objeto, com base nas informações dos **eventos corporativos** divulgadas pelo **emissor**; e
3. atualização dos saldos do **ativo** objeto.

6.2.1.1. Seleção da base de comitentes

A seleção da base de **comitentes** que possuem direito a receber o **evento corporativo** em **ativos** é determinada pela data da **liquidação** das **operações** do **ativo** ocorridas no último dia de negociação do **ativo** com direito a receber o **evento corporativo** em **ativos**.

Dessa forma, a **central depositária da B3** aguarda a finalização do **ciclo de liquidação** do **ativo** negociado no último dia de negociação do **ativo** com direito a receber o **evento corporativo** em **ativos** e, no processamento noturno, realiza a seleção da base de **comitentes** que possuem direito a receber o **evento corporativo** em **ativos**.

Exemplo:

Saldo Inicial:
1.000 ações de BRXPTOACNOR2 100
Evento:
Bonificação de 50% em ações da XPTO ordinárias
Produto:
1.500 ações de BRXPTOACNOR2 101

6.2.1.2. Cálculo das posições de eventos corporativos

O cálculo das **posições** de **eventos corporativos** em **ativos** é realizado:

- sobre a base de **comitentes** com direito a receber o **evento corporativo** em **ativos**; e
- de acordo com as informações dos **eventos corporativos** divulgadas pelo **emissor**.

Para a realização do cálculo dos direitos e obrigações relativos aos **eventos corporativos** divulgados pelo **emissor**, a **central depositária da B3** considera o saldo de **ativos** depositados individualmente em cada **carteira** de cada uma das **contas de depósito** do **comitente**. Dessa forma, o saldo de **ativos** considerado para fins de cálculo de **eventos corporativos** é aquele que se encontra registrado individualmente em cada **carteira** em cada uma das **contas de depósito** ao final do **ciclo de liquidação** do **ativo**.

O **comitente** que desejar ter o cálculo do **evento corporativo** em **ativos** efetuado sobre o seu saldo total de **ativos** deve, necessariamente, agrupá-los em uma única **carteira** de uma mesma **conta de depósito**, até o último dia em que o **ativo** for negociado com direito ao **evento corporativo** nos **ambientes de negociação**.

O cálculo do **evento corporativo** em **ativos** poderá resultar em quantidades fracionárias de **ativos**, que serão tratadas individualmente em cada **conta de depósito** do **comitente** e de acordo com as regras determinadas pelo **emissor**.

6.2.1.3. Atualização dos saldos do ativo objeto

A **central depositária da B3** debita o **ativo** com direito a receber o **evento corporativo (ativo “COM”)** da **conta de depósito do comitente** e, no **pagamento**, credita o resultado de **ativos** calculados na **conta de depósito do comitente**.

6.2.2. Pagamento

A **central depositária da B3**, mediante a confirmação do **evento corporativo** em **ativos** por parte do **emissor**, e mediante a respectiva atualização dos **ativos** na propriedade fiduciária da B3, credita os **ativos**, livres para **movimentação de ativos**, nas **contas de depósito dos comitentes**.

Caso o **evento corporativo** em **ativos** resulte em quantidades fracionárias e o **emissor** tenha deliberado pela doação de frações de **ativos** para complementar as posições dos **comitentes** oriundas do **evento corporativo**, é necessário que os **ativos** objeto da doação estejam disponíveis em **conta de depósito** na **central depositária da B3** antes da realização do **evento corporativo**.

A **B3** poderá suspender a realização do **evento corporativo** até que sejam atendidas as condições acima.

O tratamento de **eventos corporativos** em **ativos** que resultem em **ativos** não elegíveis para **depósito de ativos** na **central depositária da B3**, ou com características diferentes do **ativo** original, está sujeito a tratamento diferenciado, a critério da **central depositária da B3**.

Casos específicos de **eventos corporativos** sujeitos à aprovação de órgãos reguladores e supervisores, ou por determinação do **emissor**, recebem tratamento especial, obedecendo aos princípios da legislação aplicável.

6.3. Eventos corporativos voluntários

São considerados **eventos corporativos voluntários** as deliberações do **emissor** relativas aos **ativos** por ele emitidos que dão ao **comitente** titular do **ativo** a opção de escolher se deseja exercer o **evento corporativo**. São exemplos de **eventos corporativos voluntários**: subscrições, dissidências ou recessos, conversões voluntárias e outros.

A **central depositária da B3** realiza o tratamento dos **eventos corporativos voluntários** atribuídos aos **ativos** nela depositados, mediante solicitação formal do **agente de custódia** e, conforme o caso, provimento dos **ativos** e recursos financeiros necessários ao exercício dos mesmos.

O tratamento dos **eventos corporativos voluntários** percorre as seguintes etapas:

1. atualização: seleção e **registro** da base de **comitentes** com direito a optar pelo exercício do **evento corporativo**, com o respectivo cálculo das **posições** de direitos passíveis de exercício, processo este chamado de atualização;
2. controle do exercício dos direitos; e
3. pagamento: efetivação do exercício do direito, podendo resultar em **movimentação de ativos** e movimentação de recursos financeiros, conforme o caso.

6.3.1. Atualização do saldo do ativo objeto

O processo de atualização consiste na:

1. seleção da base de **comitentes** com direito a optar pelo exercício do **evento corporativo**;
2. cálculo das **posições** de direitos passíveis de exercício, com base nas informações do **evento corporativo** divulgadas pelo **emissor**; e
3. geração das **posições** de direitos.

6.3.1.1. *Seleção da base de comitentes*

A data da seleção da base de **comitentes** com direito a optar pelo exercício do **evento corporativo voluntário** pode ser determinada de duas formas:

- com base nos saldos de **ativos** apurados na data da **liquidação** das **operações** do **ativo** ocorridas no último dia de negociação do **ativo** com direito a receber os direitos ao exercício do **evento corporativo voluntário**; ou
- com base no histórico de saldos de **ativos** sob titularidade dos **comitentes** mantidas em data base passada.

A determinação da data de seleção da base de **comitentes**, bem como dos critérios de elegibilidade dos **comitentes** que possuem o direito, são definidas pelo **emissor** e divulgadas por meios de seus canais regulamentares de divulgação.

Exemplo:

Saldo Inicial:

1.000 ações de BRXPTOACNOR2 100

Evento:

Subscrição de 10% em ações da XPTO ordinárias

Produto:

1.000 ações de BRXPTOACNOR2 101 e 100 direitos de BRXPTOD01OR7 100

6.3.1.2. Cálculo das posições de eventos corporativos

O cálculo das **posições** de **eventos corporativos** em recursos financeiros é realizado:

- sobre a base de **comitentes** com direito a receber o **evento corporativo voluntário**; e
- de acordo com as informações dos **eventos corporativos** divulgadas pelo **emissor**.

Para a realização do cálculo dos direitos relativos aos **eventos corporativos voluntários** divulgados pelo **emissor**, a **central depositária da B3** considera o saldo de **ativos** depositados individualmente em cada **carteira** de cada uma das **contas de depósito** do **comitente**, de acordo com a data base indicada pelo **emissor**. Desta forma, o saldo de **ativos** considerado para fins de cálculo dos direitos aos **eventos corporativos voluntários** é aquele que se encontra registrado individualmente em cada **carteira** em cada uma das **contas de depósito**, na data de seleção da base de **comitentes** e de acordo com os critérios divulgados pelo **emissor**.

O **comitente** que desejar ter o cálculo do **evento corporativo voluntário** de subscrição efetuado sobre o seu saldo total de **ativos** deve, necessariamente, agrupá-los em uma única **carteira** de uma mesma **conta de depósito**, até o último dia em que o **ativo** for negociado com direito ao **evento corporativo** nos **ambientes de negociação**.

O cálculo dos direitos ao **evento corporativo voluntário** poderá resultar em quantidades fracionárias de direitos. Neste caso, serão consideradas apenas as quantidades inteiras para fins da geração dos direitos.

6.3.1.3. Geração das posições de direitos

O resultado do cálculo das **posições** de direitos a **eventos corporativos voluntários** é registrado nas **contas de depósito** dos **comitentes** com a geração:

- de saldo de direitos, gerados na forma de **ativo**, passíveis de **movimentação de ativos**, no caso exclusivo de subscrição; ou
- de saldo de direitos controlados internamente pelos sistemas da **central depositária da B3** e não passíveis de **movimentação de ativos**, informados por meio de telas ou arquivos aos **agentes de custódia**, no caso dos demais **eventos corporativos voluntários**.

6.3.1.4. Cessão de direitos

No caso da geração de direitos de subscrição, o **agente de custódia** pode solicitar à **central depositária da B3**, formalmente, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, a **retirada de ativos** do direito de preferência atribuído aos **ativos** depositados na **central depositária da B3**, mediante a cessão do direito de preferência da propriedade fiduciária em nome da **central depositária da B3** junto ao **emissor** para o

comitente. Essa solicitação só pode ser cancelada pelo **agente de custódia** no mesmo dia em que for efetuada, estando o cancelamento sujeito aos prazos definidos pela **central depositária da B3**.

6.3.2. Controle do exercício dos direitos

Caso o **comitente** queira solicitar o exercício do **evento corporativo voluntário**, ele efetua formalmente a solicitação ao seu **agente de custódia**, nos prazos definidos pelo **agente de custódia**, de acordo com as informações fornecidas pelo **emissor** e mediante apresentação da documentação exigida pelo **agente de custódia** e pelo **emissor**, quando for o caso.

Após a solicitação do **comitente**, o **agente de custódia** solicita à **central depositária da B3**, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, o exercício dos **eventos corporativos voluntários**, respeitando as condições, prazos e horários estabelecidos pela **central depositária da B3**.

O **agente de custódia**, na solicitação do exercício da subscrição, deve indicar a opção do seu **comitente** quanto a:

- participar ou não de eventual rateio de sobras que pode ocorrer neste processo;
- condicionar sua participação no aumento de capital em casos de possibilidade de homologação parcial;
- compensar o **pagamento** do exercício do evento voluntário com um evento em dinheiro provisionado deliberado pelo mesmo **emissor**. Essa opção estará disponível nos casos em que houver uma definição prévia do **emissor**; e
- requerer quantidades adicionais em conformidade com regras estabelecidas pelo **emissor**.

O **agente de custódia** pode solicitar à **central depositária da B3**, formalmente, por meio dos sistemas da **central depositária da B3**, o cancelamento do pedido de exercício do **evento corporativo voluntário**, estando o cancelamento sujeito aos prazos definidos pela **central depositária da B3** e, após o término desse prazo, à aprovação da **central depositária da B3** e do **emissor**.

Após o encerramento do período de envio de instruções para exercício dos **eventos corporativos voluntários**, a **central depositária da B3** envia ao **emissor**, ou ao **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, as informações da quantidade de direitos exercidos referentes aos **ativos** mantidos sob a propriedade fiduciária da **central depositária da B3**.

Nas situações em que há critério de rateio diferenciado dos direitos de preferência, a **central depositária da B3** recebe as quantidades de direitos exercidos por **comitente** do **emissor** e, conforme o caso, pelo **escriturador** por ele contratado.

O exercício dos **eventos corporativos voluntários** no ambiente da **central depositária da B3** está condicionado à forma e aos prazos estabelecidos pelo **emissor** dos **ativos**. Nos casos em que a forma e os prazos estabelecidos pelo **emissor** não proporcionem à **central depositária da B3** condições operacionais para o controle do exercício do direito, o **comitente** deve exercer o **evento corporativo voluntário** diretamente junto ao **emissor**, ou ao **escriturador** por ele contratado.

A **central depositária da B3** pode adotar procedimentos diferenciados, a seu critério, para o tratamento do exercício de direitos com características específicas.

6.3.3. Pagamento

6.3.3.1. *Subscrição e sobras de subscrição*

O **agente de custódia** deve disponibilizar na **conta de liquidação da câmara**, na data da integralização do aumento de capital, divulgada pelo **emissor**, e até horário estabelecido pela **central depositária da B3**, os recursos financeiros relativos ao exercício do direito de preferência. Essa disponibilização deverá ser efetuada diretamente pelo próprio **agente de custódia** ou por seu **liquidante** via **mensagem** específica (LDL0008) para esta finalidade.

Os recursos financeiros creditados na **conta de liquidação da câmara** somente configuram **pagamento** efetivado após o recebimento da confirmação do BCB, via **mensagem** específica (LDL0008R2) para esta finalidade. Caso a **central depositária da B3** não receba essa confirmação ou a receba com um valor inferior ao esperado, o **agente de custódia** deve informar imediatamente à **central depositária da B3** o motivo e os dados dos **comitentes** que deixaram de efetuar o **pagamento**. A **central depositária da B3** repassa as informações ao **emissor** e aos respectivos órgãos reguladores, que devem tomar as medidas cabíveis.

Somente após o recebimento dos recursos financeiros, por parte do **agente de custódia**, ou de seu **liquidante**, na **conta de liquidação da câmara**, a **central depositária da B3** os repassa diretamente ao **liquidante** do **emissor**, por ele indicado no **cadastro** mantido junto à **central depositária da B3**, por meio de **mensagem** específica (LDL0009) para esta finalidade. Caso o **emissor** queira receber os recursos financeiros por meio de outro **liquidante**, ele deve solicitar à **central depositária da B3** a alteração do **cadastro** até o dia útil anterior ao dia do **pagamento** do **evento corporativo**.

Os recursos financeiros debitados na **conta de liquidação da câmara** somente configuram **pagamento** efetivado ao **liquidante** do **emissor**, após o recebimento da confirmação do BCB, via **mensagem** específica (LDL0009R1) para esta finalidade.

A forma de **pagamento** a ser utilizada pelos **agentes de custódia** para o recebimento dos recursos financeiros dos **comitentes** está condicionada à opção previamente acordada entre as partes, não tendo a

central depositária da B3 qualquer responsabilidade nesta relação.

Após a confirmação de crédito do valor pago pelo **agente de custódia** e o repasse ao **emissor**, a **central depositária da B3** credita, até o dia útil seguinte, os recibos de subscrição nas **contas de depósito** dos respectivos **comitentes**.

Os recibos atribuídos ao exercício do direito de preferência são convertidos em **ativos** após a homologação do aumento de capital, conforme determinação do **emissor** dos mesmos.

A **central depositária da B3** pode, em condições especiais e dependendo do **ativo**, efetuar o crédito dos **ativos** nas **contas de custódia** em prazo superior ao prazo estabelecido pelo **emissor**.

6.3.3.2. Dissidência ou Direito de Recesso

O **emissor**, ou conforme o caso, o **escriturador** por ele contratado, deve informar à **central depositária da B3**, até 1 (um) dia útil antes do dia do **pagamento** do **evento corporativo**, um ou mais **liquidantes** pelo qual o **pagamento** do **evento corporativo** será realizado. Cada um dos **liquidantes** do **emissor** receberá, no dia do **pagamento**, da **central depositária da B3**, uma **mensagem** específica (LDL0007) para esta finalidade, e instruirá a transferência dos recursos financeiros para a **conta de liquidação da câmara**.

O **emissor**, ou conforme o caso, o **escriturador** por ele contratado, deve disponibilizar os recursos financeiros relativos aos **eventos corporativos**, no dia do **pagamento**, até horário estabelecido pela **central depositária da B3**, na **conta de liquidação da câmara**. Esta disponibilização deverá ser efetuada pelo banco do **emissor** por meio de **mensagem** específica (LDL0008) para esta finalidade.

Os recursos financeiros creditados na **conta de liquidação da câmara** somente configuram **pagamento** efetivado após o recebimento da confirmação do BCB, via **mensagem** específica (LDL0008R2) para esta finalidade.

Somente após o recebimento dos recursos financeiros, por parte do banco do **emissor**, na **conta de liquidação da câmara**, a **central depositária da B3** os repassa diretamente aos **liquidantes** dos **agentes de custódia**, que foram por eles indicados no **cadastro** mantido junto à **central depositária da B3**, por meio de **mensagem** específica (LDL0009) para esta finalidade. Caso o **agente de custódia** queira receber os recursos financeiros por meio de outro **liquidante**, ele deve solicitar à **central depositária da B3** a alteração do **cadastro** até o dia útil anterior ao dia do **pagamento** do **evento corporativo** em recursos financeiros.

Os recursos financeiros debitados na **conta de liquidação da câmara** somente configuram **pagamento** efetivado ao **liquidante** do **agente de custódia**, após o recebimento da confirmação do BCB, via **mensagem** específica (LDL0009R1) para esta finalidade.

A forma de **pagamento** a ser utilizada pelos **agentes de custódia** para o repasse desses recursos financeiros

aos **comitentes** está condicionada à opção previamente acordada entre as partes, não tendo a **central depositária da B3** qualquer responsabilidade nesta relação.

6.3.3.3. Conversão

A **central depositária da B3**, mediante a confirmação do **evento corporativo voluntário** em **ativos** por parte do **emissor**, e mediante a respectiva atualização **dos ativos** na propriedade fiduciária da B3, **debita e credita os ativos objeto do evento**, livres para **movimentação de ativos**, nas **contas de depósito dos comitentes**.

O tratamento de **eventos corporativos voluntários** em **ativos** que resultem em **ativos** não elegíveis para **depósito de ativos** na **central depositária da B3**, ou com características diferentes do **ativo** original, está sujeito a tratamento diferenciado, a critério da **central depositária da B3**.

6.3.3.4. Retratação

O **emissor**, ou conforme o caso, o **escriturador** por ele contratado, deve informar à **central depositária da B3**, até 1 (um) dia útil antes do dia do **pagamento do evento corporativo**, um ou mais **liquidantes** pelo qual o **pagamento do evento corporativo** será realizado. Cada um dos **liquidantes** do **emissor** receberá, no dia do **pagamento**, da **central depositária da B3**, uma **mensagem** específica (LDL0007) para esta finalidade, e instruirá a transferência dos recursos financeiros para a **conta de liquidação da câmara**.

O **emissor**, ou conforme o caso, o **escriturador** por ele contratado, deve disponibilizar os recursos financeiros relativos aos **eventos corporativos**, no dia do **pagamento**, até horário estabelecido pela **central depositária da B3**, na **conta de liquidação da câmara**. Esta disponibilização deverá ser efetuada pelo banco do **emissor** por meio de **mensagem** específica (LDL0008) para esta finalidade.

Os recursos financeiros creditados na **conta de liquidação da câmara** somente configuram **pagamento** efetivado após o recebimento da confirmação do BCB, via **mensagem** específica (LDL0008R2) para esta finalidade.

Somente após o recebimento dos recursos financeiros, por parte do banco do **emissor**, na **conta de liquidação da câmara**, a **central depositária da B3** os repassa diretamente aos **liquidantes dos agentes de custódia**, que foram por eles indicados no **cadastro** mantido junto à **central depositária da B3**, por meio de **mensagem** específica (LDL0009) para esta finalidade. Caso o **agente de custódia** queira receber os recursos financeiros por meio de outro **liquidante**, ele deve solicitar à **central depositária da B3** a alteração do **cadastro** até o dia útil anterior ao dia do **pagamento do evento corporativo** em recursos financeiros.

Os recursos financeiros debitados na **conta de liquidação da câmara** somente configuram **pagamento** efetivado ao **liquidante do agente de custódia**, após o recebimento da confirmação do BCB, via **mensagem** específica (LDL0009R1) para esta finalidade.

A forma de **pagamento** a ser utilizada pelos **agentes de custódia** para o repasse desses recursos financeiros aos **comitentes** está condicionada à opção previamente acordada entre as partes, não tendo a **central depositária da B3** qualquer responsabilidade nesta relação.

7. VOTO A DISTÂNCIA

A **central depositária da B3** permite a inclusão de **boletins de voto a distância** sobre **ativos** depositados para que os **participantes** envolvidos no processo possam operacionalizar a participação a distância de **comitentes** em assembleias.

As atividades envolvidas no serviço de voto a distância disponibilizado pela **central depositária da B3** são:

- inclusão e divulgação do **boletim de voto a distância**;
- envio das instruções de voto a distância; e
- divulgação do mapa analítico e do mapa sintético de votação.

Os **participantes** devem observar as condições, prazos e horários estabelecidos pela **central depositária da B3** e pela legislação vigente para a realização dessas atividades.

7.1. *Inclusão e divulgação do boletim de voto a distância*

O **emissor** inclui o **boletim de voto a distância** no sistema da **central depositária da B3**. Após a inclusão, é realizada a divulgação do conteúdo do **boletim de voto a distância** aos **agentes de custódia**, **comitentes** e **escrituradores** por meio de telas, mensagens ou arquivos da **central depositária da B3**, conforme o caso.

No caso de necessidade de edição ou cancelamento do **boletim de voto a distância** incluído, o **emissor** deve realizar as devidas manutenções no **boletim de voto a distância**, no sistema da **central depositária da B3**. As manutenções realizadas são divulgadas aos **agentes de custódia**, **comitentes** e **escrituradores** por meio de telas, mensagens ou arquivos da **central depositária da B3**, conforme o caso.

7.2. *Envio das instruções de voto a distância*

O envio das instruções de voto a distância dos **comitentes** para a **central depositária da B3** pode ser realizado pelo próprio **comitente** ou por seu respectivo **agente de custódia**.

7.2.1. *Envio das instruções de voto pelo agente de custódia*

O **comitente** deve encaminhar sua instrução de voto ao seu **agente de custódia**, respeitando as informações fornecidas pelo **emissor** e estando sujeito aos prazos e à comprovação de documentação exigida pelo **agente de custódia** ou pelo **emissor**, quando for o caso.

O **agente de custódia** envia a instrução de voto a distância para a **central depositária da B3** por meio de telas, mensagens ou arquivos. A **central depositária** verifica se a instrução recebida está de acordo com o **boletim de voto a distância** e retorna ao **agente de custódia** a confirmação ou rejeição da instrução.

O **agente de custódia** pode solicitar à **central depositária da B3** o cancelamento da instrução de voto a distância por meio de telas, mensagens ou arquivos, desde que esteja dentro do período permitido para cada assembleia.

7.2.2. Envio das instruções de voto diretamente pelo comitente

O **comitente** deve encaminhar sua instrução de voto para a **central depositária da B3** por meio telas, mensagens ou arquivos, respeitando as informações fornecidas pelo **emissor** e estando sujeito à comprovação de documentação exigida pelo **emissor**, quando for o caso.

A **central depositária** verifica se a instrução recebida está de acordo com o **boletim de voto a distância** e retorna ao **comitente** a confirmação ou rejeição da instrução.

O **comitente** pode solicitar o cancelamento da sua instrução de voto a distância à **central depositária da B3** por meio de telas, mensagens ou arquivos, desde que esteja dentro do período permitido para cada assembleia.

7.3. Divulgação do mapa analítico e do mapa sintético de votação

Após o encerramento do período de envio do boletim do voto a distância, a **central depositária da B3** realiza as conciliações necessárias e disponibiliza ao **emissor** ou ao **escriturador** por ele contratado, conforme o caso, o mapa analítico e o mapa sintético de votos dos **comitentes** que foram enviados para a **central depositária da B3**.

8. INFORMAÇÕES

A **central depositária da B3** fornece informações dos saldos de **ativos** depositados, as **movimentações de ativos** e sobre os **eventos corporativos**, tanto para os **agentes de custódia**, como para os **comitentes**, **emissores**, **escrituradores**, **sistemas externos** e autoridades judiciais e administrativas competentes, nos termos da legislação aplicável, que podem ser consultadas nos sistemas da **central depositária da B3** ou fornecidas no formato de arquivo, **mensagens** ou relatórios, e podem ser geradas de forma automática ou por demanda.

8.1. Informações para agentes de custódia

Os **agentes de custódia** que possuem acesso à infraestrutura para troca de arquivos e **mensagens** com a B3 podem enviar e receber arquivos contendo informações referentes a **depósito de ativos**, **retirada de ativos**, saldos de **ativos** depositados, **transferência de ativos**, **eventos corporativos** e taxa de custódia. Todas essas informações também estão disponíveis em relatórios, por meio de ferramenta disponibilizada pela **central depositária da B3**.

Informações sobre saldos de **ativos** depositados, **transferência de ativos** e **eventos corporativos** também podem ser transmitidas por meio de **mensagens**, conforme definido no catálogo de **mensagens** da B3.

8.2. Informações para emissores e escrituradores

Os **emissores** e **escrituradores** que possuem acesso à infraestrutura para troca de arquivos com a B3 podem enviar e receber arquivos contendo informações referentes a conciliação de **ativos**, **depósito de ativos**, **retirada de ativos**, saldos de **ativos** depositados e **eventos corporativos**. Todas as informações trocadas com os **emissores** e **escrituradores** são consolidadas por CPF/CNPJ dos **comitentes**. Os **emissores** e **escrituradores** também poderão obter informações diretamente nos sistemas da **central depositária da B3**.

8.3. Informações para sistemas externos

Os **sistemas externos** que possuem acesso à infraestrutura para troca de arquivos com a B3 podem enviar e receber arquivos contendo informações referentes às movimentações e aos saldos dos **ativos** de sua **conta de liquidação** e dos **ativos** mantidos nas **carteiras** vinculadas ao gravame de **garantias** depositadas em favor de **sistemas externos**. Todas essas informações também estão disponíveis em relatórios, por meio de ferramenta disponibilizada pela **central depositária da B3**.

8.4. Informações para reguladores

A **central depositária da B3** fornece, periodicamente, informações sobre saldos de **ativos** depositados, **movimentações de ativos**, **eventos corporativos** para órgãos reguladores, a fim de que os mesmos possam exercer suas atividades de supervisão e regulação.

8.5. Informações para comitentes

A B3 fornece canais de comunicação com os **comitentes** que realizam **operações** nos mercados administrados pela B3 e que possuem **ativos** na **central depositária da B3**. Esses canais abrangem:

- Área Logada do Investidor no endereço eletrônico da B3; e
- Notificações enviadas ao **comitente** por meio de correio eletrônico (E-mail)

8.5.1. Área Logada do Investidor na B3

A **B3** oferece um serviço de informações com acesso restrito para os **comitentes** em seu endereço eletrônico

denominado Área Logada do Investidor. Todo **comitente** que possuir uma **conta de depósito** na **central depositária da B3**, cadastrada pelo seu **agente de custódia**, tem acesso a este serviço.

Os procedimentos e instruções de acesso podem ser obtidos pelo **comitente** diretamente no endereço eletrônico da B3. As informações para acesso também são enviadas para o correio eletrônico do **comitente**, cadastrado por seu **agente de custódia**, assim que houver o **registro** de seu primeiro **ativo** na B3.

As informações de contato com o **comitente** para acesso à área logada são provenientes dos dados cadastrais informados pelo seu **agente de custódia** na B3.

. Esse serviço fica disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, e oferece ao **comitente** a opção de consultar a sua **posição** consolidada de **ativos** na B3, as movimentações realizadas e os **eventos corporativos** incidentes, permitindo também, a configuração do recebimento de notificações pelo canal mencionado. As informações ali geradas são relativas ao fechamento do dia anterior.

A Área logada do investidor na B3 também permite ao **agente de custódia** disponibilizar, a seu critério, o serviço de solicitação de **movimentação de ativos** e outros serviços adicionais para os seus **comitentes**, através deste canal.

O **agente de custódia** é responsável pela confirmação da autenticação do **comitente** para autorizar a execução da **movimentação de ativos** e de outros serviços adicionais, quando for o caso, através da Área Logada do Investidor na B3, sendo responsável pela identificação do **comitente** e pela validação da solicitação.

Por meio da Área Logada do Investidor na B3 também é possível que o **comitente** autorize o compartilhamento de seus dados de extrato com terceiros autorizados de forma segura.

8.5.1.1. Notificações enviadas aos comitentes

A **B3** envia notificações relativas ao extrato necessárias para que o **comitente** possa usufruir do serviço de forma segura e fácil. Essas notificações compreendem envio de nova senha de acesso, aviso de envio de senha, aviso de alteração de senha e aviso de bloqueio de acesso entre outros.

8.5.2. Solicitações de pesquisas

A **central depositária da B3** fornecerá informações referentes a saldos de **ativos** depositados, **movimentações de ativos**, **eventos corporativos** para atendimento a eventuais pesquisas solicitadas por **comitentes** pessoas físicas ou jurídicas, residentes e não residentes, por **agentes de custódia**, **emissores**, **escrituradores**, e autoridades judiciais e administrativas.

Essas pesquisas são realizadas mediante análise de documentação que comprove que o solicitante possui poderes necessários para realizar a solicitação, a critério da B3, podendo eventualmente ser tarifadas, caso as informações sejam referentes a períodos históricos, conforme tabela de valores determinados pela **central depositária da B3**.

9. CUSTOS E ENCARGOS

Este item descreve os procedimentos relativos à divulgação pela **central depositária** dos custos e encargos decorrentes da utilização de seus serviços por parte de seus **participantes**.

Os custos e encargos cobrados pela B3 estão descritos em sua política de tarifação divulgada por meio de ofício circular.

A B3 pode, a seu critério e a qualquer momento, diferenciar a tarifação para serviços específicos prestados no contexto da **central depositária da B3**.

A seu critério, a B3 pode conceder, a categorias de **participantes**, descontos ou incentivos na cobrança de custos e encargos.

10. SITUAÇÕES ESPECIAIS

10.1 Plano de Recuperação

Conforme disposto em seu regulamento, a **central depositária da B3** pode adotar procedimentos no caso de acionamento do **plano de recuperação** em decorrência da materialização de cenário de indisponibilidade ou de falha de integridade na infraestrutura tecnológica, incluindo a suspensão dos serviços da **central depositária da B3**, assim como das atividades da **câmara**, de **negociação** e de **empréstimos de ativos**.

Na data do restabelecimento da disponibilidade ou integridade da infraestrutura tecnológica:

- Procede-se à **liquidação** das obrigações não liquidadas no período de suspensão das atividades, conforme estabelecido no manual de procedimentos operacionais da **câmara**;
- Retoma-se a movimentação de **ativos**, de acordo com os procedimentos usuais de **liquidação** da **câmara**; e
- Retomam-se a **negociação**, o **empréstimo de ativos** e os demais procedimentos da **câmara**.

10.2. Situações especiais dos participantes

Em caso de **situação especial** que o envolva, de forma a não comprometer a continuidade de suas atividades regulares, o **agente de custódia** deve solicitar aos seus **comitentes** que realizem a transferência imediata da custódia de seus **ativos**, direitos, ônus e gravames subjacentes para os **agentes de custódia** destino que escolherem.

Após 60 (sessenta) dias da decretação da **situação especial**, o **agente de custódia** pode indicar um **agente de custódia** destino para receber a custódia remanescente dos **ativos**, direitos e ônus e gravames subjacentes dos **comitentes**, escolhido por meio de negociação privada ou procedimento de leilão.

Na hipótese de haver saldos remanescentes no **agente de custódia** após 120 (cento e vinte) dias da decretação da **situação especial**, a **central depositária da B3** pode realizar a **transferência** de **ativos**, direitos, ônus e gravames subjacentes, para outro **agente de custódia**, sem a necessidade de instruções de quaisquer **participantes**, respeitando os seguintes critérios:

- Caso o **comitente** possua **conta** ativa em um ou mais **agentes de custódia**, transferir para o **agente de custódia** em que o **comitente** tiver mais **ativos**, em volume financeiro, na data da transferência;
- Caso não seja possível diferenciar os **agentes de custódia** pelo volume financeiro de **ativos** do

comitente, prevalecerá o **agente de custódia** sob o qual o **comitente** tiver **conta** ativa com atualização cadastral mais recente.

- Caso o **comitente** não possua **conta** ativa em outro **agente de custódia**, transferir para o **agente de custódia** destino que tenha recebido mais **ativos**, em volume financeiro, em decorrência desta **situação especial**; e
- Caso a adoção dos critérios anteriores não seja possível, realizar a **retirada de ativos**, direitos, ônus e gravames subjacentes, para os respectivos livros dos **emissores**.

A **central depositária da B3** pode adotar procedimentos diferenciados, tendo por base (i) a circunstância da **situação especial** que deu causa ao comprometimento das atividades do **agente de custódia**; e (ii) a gravidade e a urgência da realização desses procedimentos frente à necessidade de manter a integridade de seus sistemas. Tais procedimentos podem incluir medidas para o tratamento do exercício de direitos com características específicas, exigência de prazos especiais para a adoção das diligências determinadas pela **central depositária da B3**, dentre outras providências cabíveis para a boa condução do processo de transferência em razão da **situação especial**.

O **agente de custódia** destino deve receber os **ativos** na situação em que se encontram, com os direitos, ônus e gravames subjacentes, inclusive de bloqueio por ordem judicial ou de autoridade administrativa competente. O **agente de custódia** origem se obriga a encaminhar as informações e documentos necessários para que o **agente de custódia** destino possa realizar o controle adequado dos **ativos** recebidos.

10.3. Feriado extraordinário

Este item descreve os procedimentos especiais que podem ser adotados pela **central depositária da B3** em caso de decretação de feriado extraordinário até o dia útil anterior da sua vigência.

Considera-se feriado extraordinário o dia de feriado instituído por autoridade competente que não tenha sido regularmente previsto no calendário nacional, estadual, municipal ou local, assim como não tenha sido refletido no calendário divulgado pela B3 e no qual não seja possível haver sessão de negociação na B3, atividade na **câmara** e/ou atividade na **central depositária da B3**.

Conforme disposto em seu regulamento, em caso de decretação de feriado extraordinário, a B3 poderá suspender os serviços da **central depositária da B3** até o próximo dia útil.

No primeiro dia útil após o término do feriado extraordinário, os serviços da **central depositária da B3** são restabelecidos e procede-se o cumprimento de todos os procedimentos e obrigações originalmente previstos para o período corresponde ao feriado extraordinário.

A B3 pode, excepcionalmente, estabelecer outras condições além das previstas acima, mediante prévia comunicação ao mercado.

11. SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Este item descreve as situações de emergência consideradas pela B3, e as medidas cabíveis nessas situações.

11.1. *Situações de emergência*

Constituem situações de emergência:

- a interrupção das comunicações entre a **central depositária da B3** e os seus **participantes**;
- a redução ou cessação da capacidade das instalações da B3 de receber, transmitir, enviar, aprovar ou processar uma **mensagem**, quer seja de **movimentação de ativos** ou **pagamento**, quer seja administrativa; e
- a ocorrência de qualquer outra condição de anormalidade que, a critério do Presidente da B3, possa vir a representar a possibilidade de prejuízo ou descontinuidade das operações da **central depositária da B3**.

Na ocorrência de situação de emergência, o Presidente da B3 pode instaurar regime de contingência e, com a ciência e anuência prévia do BCB e da CVM, conforme o caso:

- alterar o horário de **operação** dos sistemas da **central depositária da B3**;
- estabelecer sua interrupção total ou parcial, bem como para determinado **participante** ou grupo de **participantes**, até que seja solucionado o problema que ocasionou a situação de emergência; e
- decidir-se por outra ação similar que venha a resguardar a eficácia e a segurança das operações.

12. SANÇÕES

Este item descreve os procedimentos para aplicação das sanções pela B3 previstas no regulamento da **central depositária da B3**.

12.1. Sanções

Na hipótese de não cumprimento das obrigações previstas no regulamento da **central depositária da B3**, no presente manual de procedimentos operacionais, nas normas que o complementam ou na legislação e regulamentação em vigor, a B3 poderá aplicar multas que não devem exceder os seguintes valores:

- R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para **agente de custódia**;
- R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para **emissores** de **ativos** depositados na **central depositária da B3**; e
- R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para **escrituradores, depositários de ouro e fundidores de ouro**.

Os valores das multas serão corrigidos monetariamente a cada 12 (doze) meses pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou qualquer outro índice criado para substituí-lo.

13. TABELA DE PRAZOS E HORÁRIOS

As atividades da **central depositária** obedecem a tabela de prazos e horários divulgada neste item.

13.1. Tabela de Prazos e horários

Instrução / Evento	Prazos	Horários
depósito de ativos eletrônico	-	Até às 20h
depósito de ativos manual	-	Até às 14h
depósito de ouro ativo financeiro	-	Até 11h para crédito em D0
retirada de ativos	-	Até às 20h
retirada de ouro ativo financeiro	-	Até às 16h
casos especiais de transferência de ativos por solicitação do agente de custódia	-	Até às 18h
solicitação de emissão e cancelamento de BDRs	-	Até às 20h
solicitação de emissão e cancelamento para programas internacionais	-	Até às 17h30
criação de saldo para ofertas de distribuição	Data da liquidação da oferta	Até 10h
emissão ou cancelamento de cotas de ETF	-	Até 15min após o fechamento da sessão de negociação, a depender dos procedimentos de cada fundo
aceitação da integralização ou resgates de cotas de ETF	-	Até 30 min após o fechamento da sessão de negociação, a depender dos procedimentos de cada fundo
solicitação de eventos voluntários de custódia	V-1	Até às 20h
disponibilização de recursos financeiros referentes ao exercício de direitos de subscrição e de sobras de subscrição na conta de liquidação da câmara	V	Até às 11h45⁽¹⁾
disponibilização de recursos financeiros referentes a eventos corporativos na conta de liquidação da câmara	P	Até às 11h45⁽¹⁾

Instrução / Evento	Prazos	Horários
cessão de direitos decorrentes de evento corporativo	V-1	Até às 20h
envio das instruções de voto a distância	(²)	Até às 22h30
inclusão do boletim de voto a distância	(²)	Até às 23h59
edição ou cancelamento do boletim de voto a distância	(²)	Até às 23h59

Onde:

V = é o último dia para exercício da subscrição junto ao **emissor** dos **ativos**

P = é o dia do **pagamento** do **evento corporativo** pelo **emissor**

(1) = recebimento da confirmação da **mensagem** de crédito na **conta de liquidação da câmara**

(2) = prazos conforme a legislação vigente